



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE JANEIRO DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão eram 15 horas e 35 minutos

Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei n^o 8/VIII, dos projectos de lei n^o 51/VIII e 54 a 57/VIII, da apreciação para lamentar n^o 9/VIII e dos projectos de resolução n^o 16 e 17/VIII

Foi aprovado o voto n^o 36/VIII — De pesar pela morte do Engenheiro Nuno Mergulhão, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, e do seu motorista, tendo intervindo, além do Sr Presidente e do Sr Primeiro-Ministro (António Guterres), os Srs Deputados Filipe Vital (PS), David Santos (PSD), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), Luís Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes) e Octávio Teixeira (PCP). No fim, a Câmara guardou, de pe, um minuto de silêncio

Na abertura do debate de relevante interesse político, requerido pelo Governo, sobre a apresentação do Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia, interveio o Sr Primeiro-Ministro, tendo-se seguido no uso da palavra, e a diverso título, os Srs Deputados Durão Barroso (PSD), Luís Fazenda (BE), Agostinho Lopes (PCP), Manuel dos Santos (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Guilherme Silva e António Capucho (PSD), Jose Barros Moura e Francisco de Assis (PS), Paulo Portas (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Medeiros Ferreira (PS)

No encerramento do debate, intervieram, além do Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama), os Srs Deputados Francisco Louçã (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Paulo Portas (CDS-PP), João Amaral (PCP), Maria Eduarda Azevedo (PSD) e Manuel dos Santos (PS). O Sr Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 35 minutos

O Sr. Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 15 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco José Pinto Camilo
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vírgia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho

José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luis Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luisa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Montero Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaya Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Santos Pereira
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rego Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 José Manuel Macedo Abrantes
 Lucília Maria Samorenho Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Fretas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta

Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caero Queimado Amaral
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Augusto Meleiro Rodrigues
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Manuel Tornás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Antes de mais, quero desejar as boas vindas aos Srs Deputados neste novo ano. Espero que tenham entrado nele da melhor maneira e que tudo continue assim até ao próximo milénio. Um bom ano para todos.

Srs Deputados, o Sr Secretário vai ler o expediente

O Sr Secretário (Artur Penedos): — Sr Presidente, Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram aceites, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 8/VIII — Aprova o regime jurídico do referendo local, que baixou à 1.ª Comissão, projectos de lei n.º 51/VIII — Elevação de Brito à categoria de vila (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 54/VIII — Revê o regime de sigilo bancário (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 55/VIII — Revoga as disposições legais relativas às zonas off-shore em Portugal (BE), que baixou à 5.ª Comissão, 56/VIII — Atribui o

direito a subsídio de desemprego aos docentes dos estabelecimentos de educação e ensinos públicos (PCP), que baixou à 9.ª Comissão; e 57/VIII — Elevação da povoação de Cabanas de Tavira à categoria de vila (PSD), que baixou à 4.ª Comissão; apreciação parlamentar n.º 9/VIII — Decreto-Lei n.º 514/99, de 24 de Novembro (Procede à adaptação à administração local da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, que estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado, bem como, com as necessárias adaptações, dos institutos personalizados ou de fundos públicos) (PCP); projectos de resolução n.º 16/VIII — Sobre a regulamentação da lei das associações de pessoas portadoras de deficiência (CDS-PP) e 17/VIII — Sobre as políticas familiares no contexto de uma reforma fiscal (CDS-PP)

Deu ainda entrada na Mesa um texto de substituição do projecto de lei n.º 37/VIII, já admitido pelo Sr Presidente, apresentado pelo Bloco de Esquerda

Em matéria de expediente é tudo, Sr Presidente

O Sr Presidente — Srs. Deputados, uma vez que há acordo nesse sentido, vamos passar à discussão e votação do voto n.º 36/VIII — De pesar pela morte do Engenheiro Nuno Mergulhão, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, e do seu motorista (PS), que vai ser lido pelo Sr Secretário.

O Sr Secretário (Artur Penedos): — Sr Presidente e Srs. Deputados, o voto é do seguinte teor.

Faleceu o Engenheiro Nuno Mergulhão, conjuntamente com o seu motorista, vítima de acidente, na última quarta-feira, quando, em missão de serviço, se deslocava a Lisboa para um encontro com o Sr. Ministro do Ambiente afim de, com outros autarcas algarvios dirigentes da AMAL (Associação dos Municípios do Algarve), se estabelecerem novas realizações visando uma melhor qualidade de vida para a região.

Com grande competência e visão de futuro, o Engenheiro Nuno Alberto Pereira Mergulhão serviu, durante quase uma década, a Câmara Municipal de Portimão, o Algarve e o País.

A Assembleia da República, na sua reunião plenária de 5 de Janeiro de 2000, exprime o seu pesar, guarda respeitosamente a memória da sua generosidade, competência, seriedade e rigor e endereça à família enlutada, bem como à população de Portimão, as mais sinceras condolências »

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o voto está em discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Vital

O Sr Filipe Vital (PS) — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Uma das grandes conquistas, e hoje referência assinalada no Portugal de Abril, é a ação desenvolvida pelo poder local, democraticamente instituído pelo sufrágio directo das populações e com uma acrescida legitimização pelo contacto directo entre os eleitos e os eleitores.

Em muitos e destacados casos, por vezes com uma delimitação a áreas específicas deste País mas de grande significado, sobretudo face ao factor designado por periferia, o autarca é, na sua dedicação, no seu empenho quotidiano, na expressão legítima de aspirações locais, onde se

fundem, não raro, sonhos e realizações, a personalização do Portugal surgido com o 25 de Abril

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados Este é o perfil que traçamos do Engenheiro Nuno Alberto Pereira Mergulhão, que, com grande competência e uma visão plena de olhar para a construção do futuro no lançamento de um trabalho de elevado nível na hora presente, serviu, durante quase uma década, a Câmara Municipal de Portimão.

Faleceu, vítima de acidente, na última quarta-feira, quando, em missão de serviço, se deslocava a Lisboa para um encontro com o Sr. Ministro do Ambiente a fim de, com outros autarcas algarvios dirigentes da Associação dos Municípios do Algarve, se estabelecerem novas realizações visando uma melhor qualidade de vida para a região

Eleito nas listas do Partido Socialista como vereador em 1990, ocupava a presidência do município de Portimão no segundo mandato consecutivo, sendo notórios os resultados do seu esforço em prol deste concelho e do Algarve em áreas múltiplas, com um destaque muito próprio para os problemas sociais, em que se empenhou contribuindo para um mundo mais justo, mais fraterno e mais solidário

Do Engenheiro Nuno Mergulhão, e numa definição exacta do que foi este autarca, que a uma competência técnica e de actuação política aliava uma conhecida seriedade de propósitos, uma defesa das suas convicções mas também um sentido de estabelecer consensos e pontes entre os homens, disse o Sr. Primeiro-Ministro Engenheiro António Guterres «Um homem que emprestou à causa pública uma vida ao serviço do bem-estar colectivo».

O Engenheiro Nuno Mergulhão fez expandir a sua ação a realizações de interesse para todo o Portugal, quer no cumprimento de cargos públicos, como membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, estando sempre na primeira linha das grandes reivindicações autárquicas, quer contribuindo para a vinda para o nosso país do Grande Prémio de Fórmula 1 de Motonaútica, com as mais-valias de ordem turística que tal representa, sem esquecer o democrata íntegro e vertical, para quem a liberdade, a tolerância e o respeito pelos outros eram uma constante.

Sr Presidente, Sr.º e Srs. Deputados Por esta sumária referência do que foi a vida deste servidor das populações, bem testemunhado no que foi o seu funeral, pelo respeito que é devido ao esforço contínuo dos autarcas e pela dignificação que o Engenheiro Nuno Mergulhão trouxe à política, propomos que Assembleia da República aprove este voto de pesar

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente: — Tem a palavra o Sr Deputado David dos Santos.

O Sr. David dos Santos (PSD). — Sr Presidente, Srs. Deputados: Não é com prazer que, neste momento, uso da palavra, mas o Grupo Parlamentar do PSD gosta de associar-se também a este voto de pesar

O Engenheiro Nuno Mergulhão, como já anteriormente foi referido, foi um autarca que dedicou grande parte da sua vida à causa pública Fez, como todos os autarcas, as suas opções, que lhe deram vitórias autárquicas em Portimão, fruto do seu trabalho e do trabalho dos portimonenses

Poucos dias antes deste infeliz acidente, numa troca de impressões informal, tive oportunidade de com ele falar sobre o nosso Algarve, porque, como sabem, fui eleito pelo círculo eleitoral de Faro, tendo sido referidas nessa pequena conversa duas ou três questões que considerámos importantes, e que, agora, são ainda mais importantes, para os Deputados desta Câmara exercerem a sua influência.

A responsabilidade que os Deputados eleitos pelo Algarve têm agora, e que vai passar para todos os Deputados desta Assembleia, é, em sua memória, lutar cada vez mais para que a Via do Infante e a auto-estrada do Algarve se realizem, porque são, de facto, obras importantes e eram um desejo desse autarca, como são o desejo de todos os autarcas do Algarve. Temos essa responsabilidade, que agora é acrescida.

Gostaríamos de associar-nos a este voto de pesar, aproveitando para apresentar, quer ao Partido Socialista quer à família enlutada, as mais sinceras condolências e para dizer que, da nossa parte, tudo faremos para que Portimão e o Algarve sejam cada vez melhores e maiores e onde, cada vez mais, haja vontade de viver.

O Sr Presidente. — Tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP). — Sr Presidente, Srs Deputados. Associamo-nos, naturalmente, a este voto de pesar pelo trágico falecimento de um servidor do interesse público.

Não conheci pessoalmente o Sr Engº Nuno Mergulhão mas tenho, todavia, responsabilidades políticas no meu partido no distrito de Faro e tenho muito respeito pelo trabalho desenvolvido pelos autarcas, pelo que lamento profundamente o desaparecimento de um homem que, de acordo com as suas convicções, procurou servir fielmente o interesse público e a população do seu concelho, Portimão. Nesta medida, aderimos sinceramente a este voto de pesar e endereçamos, quer à população de Portimão — que perdeu, por esta via, um servidor — quer à família enlutada, os nossos mais profundos votos de pesar.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE). — Sr Presidente e Srs Deputados, o Bloco de Esquerda junta-se à expressão de pesar aqui manifestada pelo falecimento do Sr Engº Nuno Mergulhão e de um funcionário da Câmara Municipal de Portimão.

Desejamos, com toda a condoléncia, enviar daqui os nossos pésames às famílias enlutadas, ao município de Portimão e à sua população. Muito naturalmente, queremos manifestar também essa expressão de pesar e de sentimento ao partido do Engenheiro Nuno Mergulhão, o Partido Socialista.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes). — Sr Presidente e Srs Deputados, conheci pessoalmente o Engenheiro Nuno Mergulhão por razões institucionais e havia, inquestionavelmente, uma qualidade que não podia ser-lhe negada a enorme frontalidade com que defendia os seus pontos

de vista e a vivacidade e paixão de que rodeava a defesa daquilo que considerava justo.

A sua morte é, naturalmente, uma perda para a população que o elegeu, a sua morte é uma perda para o Partido Socialista, a sua morte é algo que nós lamentamos. Por essa razão, Os Verdes associam-se sinceramente a este voto de pesar e endereçam ao Partido Socialista e à família de Nuno Mergulhão as suas condolências.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Octávio Teixeira

O Sr Octávio Teixeira (PCP). — Sr Presidente, Srs Deputados. Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, quero também associar-me ao pesar manifestado pelo falecimento do Engenheiro Nuno Mergulhão e endereçar os nossos sentidos pésames ao Partido Socialista, à família do Engenheiro Nuno Mergulhão e à família do seu motorista, que com ele faleceu.

O Sr Presidente — Como o Sr Primeiro-Ministro pediu para usar também da palavra, tem a palavra, Sr Primeiro-Ministro.

O Sr Primeiro-Ministro (António Guterres). — Sr Presidente e Sr^{as} e Srs Deputados. Não é fácil falar de uma pessoa com quem se tem um conjunto de relações que ultrapassa, em muito, a vida política e que foram, porventura e acima de tudo, relações de conhecimento e de amizade pessoais.

Tenho uma grande admiração não apenas pelo que Nuno Mergulhão fez nas diversas facetas da sua actividade política mas sobretudo pelo que ele era como pessoa de bem, como homem sério, como amigo do seu amigo, como pessoa discreta, que preferia agir a procurar as luzes da ribalta ou o protagonismo, a que, aliás, tinha pleno direito pelo seu valor e pelas suas capacidades.

É por isso que, de forma muito emocionada, o Governo se associa ao pesar da Câmara, não apenas transmutando à família de Nuno Mergulhão os seus sentidos pésames mas fazendo-o também à do seu motorista, com ele irmado nesse terrível momento que é a morte.

O Sr Presidente — Srs Deputados, eu também tive o privilégio de conhecer, de admirar e de estimar o Engenheiro Nuno Mergulhão e por isso, muito sentimentalmente, junto a minha mágoa à vossa mágoa.

Srs Deputados, vamos votar o voto nº 36/VIII — De pesar pela morte do Engenheiro Nuno Mergulhão, Presidente da Câmara Municipal de Portimão, e do seu motorista.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs Deputados, vamos guardar um respeitoso minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio

Srs Deputados, o voto de pesar será, naturalmente, levado ao conhecimento das famílias enlutadas.

Antes de continuarmos os nossos trabalhos, lembro que assistem a esta reunião plenária um grupo de 24 alunos do Externato Júlio César, da Pontinha, e um grupo de 20 alunos do Curso de Técnicos de Contabilidade e

Gestão — Albifor do Barreiro, para os quais peço a vossa habitual saudação

Aplausos gerais, de pé

Srs Deputados, da nossa ordem do dia de hoje consta um debate de relevante interesse político, requerido pelo Governo, sobre apresentação do Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente e Sr.º e Srs Deputados É com o maior prazer e a maior honra que me encontro perante vós no momento em que se inicia, pela segunda vez, a Presidência Portuguesa da União Europeia. E começo, naturalmente, por saudar aqueles que durante o primeiro exercício dessa presidência honraram e dignificaram Portugal, pela forma como a exerceram

O Programa da Presidência Portuguesa foi já apresentado pelo Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros às comissões relevantes desta Assembleia. Como ele é conhecido publicamente, preferia consagrar a minha intervenção sobretudo àquilo que me parece ser a visão, a estratégia e o projecto que devem estar por detrás do exercício desta presidência, num momento em que a Europa precisa de visão de estratégia e de projecto. Escreveu recentemente um editorialista atento à situação europeia «O ano que agora se inicia determinará se a Europa avança para novas fronteiras ou se, pelo contrário, se encaminha para a sua diluição, transformando-se num mero conjunto de Estados sem carácter e sem ambições»

Ora, nós queremos carácter e ambições na Europa, nós queremos visão, estratégia e projecto, tanto no plano político como nos planos económico e social. Desde logo no plano político, face a um mundo politicamente desestruturado, com uma única potência hegemónica, um mundo que exige, hoje mais do que nunca, uma Europa politicamente forte, unida e coesa, que seja um novo factor de equilíbrio nas relações internacionais, que possa falar a uma só voz em relação às grandes questões que preocupam o mundo e que, ao mesmo tempo, seja capaz de contribuir decisivamente para a sua segurança colectiva e para a segurança individual e o bem-estar dos seus cidadãos

Mas permitam-me que comece por desenvolver mais os aspectos de estratégia ligados às questões económicas e sociais, porque, quer por iniciativa da presidência quer pelas expectativas geradas na opinião pública europeia e nos vários Estados membros e instituições da União, é em torno da cimeira de Lisboa, dos seus objectivos e do processo a ela associado, que hoje gira, em grande parte, o Programa da Presidência Portuguesa na sua prioridade fundamental

Há que dar resposta a duas grandes preocupações, geradas por uma economia mundial globalizada, por uma inovação tecnológica crescente, extremamente rápida, e pelo sentimento de que a população europeia está a envelhecer. E as preocupações são as de que estejamos a perder uma corrida, nomeadamente com o bloco dos Estados Unidos da América do Norte ou, pior ainda, que, para a não perder, seja necessário minar a coesão social da própria Europa e alargar o fosso entre os que triunfam, os que avançam, e aqueles que vão ficando para trás, ou

podem ficar para trás, nas dificuldades de uma concorrência acrescida.

Por isso, a Europa, que já tem o Mercado Único e uma moeda única, precisa de dotar-se — e é essa a preocupação essencial da presidência portuguesa — de uma estratégia global que possa contribuir para um objectivo que consideramos ambicioso e mobilizador e que resumiria numa frase fazer da União Europeia, à escala mundial e no horizonte temporal de 10 anos, uma economia com base na inovação e no conhecimento, mais dinâmica e mais competitiva, e fazê-lo assegurando altos níveis de crescimento económico, de criação de emprego e de coesão social no seio da própria União Europeia. E em torno deste grande objectivo estratégico que se articularão os trabalhos antes, durante e depois da cimeira extraordinária de Lisboa

Temos já uma coordenação das políticas económicas europeias para garantir a estabilidade. Temo-la e devemos mantê-la, porque a estabilidade é um factor essencial para a Europa de hoje no mundo moderno. Mas temos de ser capazes de garantir também a mesma capacidade de coordenação das políticas económicas para assegurar o crescimento sustentado das nossas economias, o emprego e a sua qualidade e o bem-estar das nossas populações

Não partimos do zero, mas também temos consciência que o optimismo que hoje se vive na Europa não nos deve levar ao conformismo mas à acção!

Temos uma moeda única, o euro. As instituições europeias definiram já três processos o chamado Processo do Luxemburgo, fundamentalmente virado para as políticas activas de emprego, o Processo de Cardiff, fundamentalmente virado para as reformas económicas no seio do mercado interno, e o Processo de Colónia, fundamentalmente virado para o diálogo macro-económico ao nível da Europa.

O que pretendemos não é criar um novo processo, é simplificar, articular e aprofundar aquilo que já está adquirido ao nível destes três processos, é juntar-lhe novas dimensões e é, simultaneamente, adoptar novas metodologias que, no seu conjunto, confirmam à Europa a capacidade estratégica de que há pouco vos falava

Em primeiro lugar, articular e simplificar os processos. Em nosso entender, importa que as linhas directrizes de política económica, as grandes orientações de política económica, se possam transformar, em cada ano, através de uma nova metodologia de elaboração e de um novo alcance e âmbito na sua definição, no documento estratégico fundamental de que a Europa se dota e do qual derivarão depois as várias áreas de intervenção no plano económico e no plano social

Depois, aprofundar o Processo do Luxemburgo, que é já hoje uma realidade pujante, sobretudo em matéria de políticas activas de emprego, o Processo de Cardiff dá os seus primeiros passos nas reformas económicas, o Processo de Colónia, que tem a ver com um diálogo macro-económico só agora esboçado e em relação ao qual pretendemos que o fórum, a realizar em Junho e que reunirá, pela primeira vez na Europa, os governos, a Comissão, o Parlamento, o Conselho Económico e Social, os parceiros sociais e o Banco Central Europeu, seja um elemento fundamental e impulsor de uma nova forma de os europeus trabalharem em conjunto na definição do seu próprio desenvolvimento e bem-estar

Queremos simplificar, articular e aprofundar os processos mas juntar-lhes também novas dimensões, e em pri-

meiro lugar a dimensão da sociedade de informação, das tecnologias de informação Quero aqui registar, com agrado, que, em articulação com as presidências finlandesa e portuguesa, a Comissão já está a lançar o seu programa de acção chamado *e-Europe* para uma sociedade de informação para todos

Esta é uma questão chave na competição internacional A Europa tem de ter uma estratégia comum em matéria de sociedade de informação. Mas esta dimensão deve ser mais ampla nas ambições da presidência portuguesa e deve ter a ver com todas as condições de base para que a União Europeia seja uma sociedade e uma economia do conhecimento, o que envolve uma capacidade de coordenação aos níveis da investigação e do desenvolvimento, da formação profissional e das próprias políticas educativas, no campo de acção que não corresponde à vocação de cada um dos seus Estados membros

Uma outra dimensão essencial tem a ver com a protecção social que importa abordar em conjunto, no respeito pela subsidiariedade, para se encontrarem vias de reforma que são indispensáveis para garantir a sua sustentabilidade e — assunto tabu até agora — o lançamento de uma iniciativa em matéria de combate à exclusão social na Europa, combate à exclusão não apenas pela articulação das várias políticas que impedem que haja pobreza e exclusão (a política de protecção social, a política de emprego, a política de formação e de educação, enfim aquilo a que hoje se chama o *mainstreaming*, em linguagem anglo-saxónica) mas com programas específicos dedicados àquele núcleo duro de pobreza e de exclusão que exigem hoje das sociedades modernas uma particular atenção e que tem de ter uma dimensão europeia.

Para que tudo isto seja possível é, para mim, particularmente gratificante estarmos hoje com um programa de acção tão ambicioso e com todas estas vertentes, sobretudo quando recordo a Cimeira de Madrid, em que ainda se afirmava que o emprego era matéria da competência de cada Estado membro e que a União Europeia nada tinha a ver com isso (e tive ocasião de ser o único a insurgir-me contra essa perspectiva), quando lutámos para incluir o emprego no Tratado, quando lutámos para que o Luxemburgo pudesse ser um êxito na dimensão própria que o Processo do Luxemburgo veio a adquirir na União Europeia e quando agora conseguimos olhar para as questões económicas e sociais no seu conjunto e procurar que a Europa seja capaz de as abordar de uma forma coordenada e solidária.

A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador: — Isto exige, também, novas metodologias, que definem aquilo a que chamamos um processo de coordenação aberto nos vários domínios económicos e sociais, processo que, em certas áreas, vai poder ser extremamente exigente com linhas, directrizes e planos de acção a nível europeu, assumidos politicamente a nível europeu, com a definição de indicadores quantificados — aquilo a que, uma vez mais, os anglo-saxónicos chamam *bench-marking* — que permitam definir objectivos comuns, fazer comparações, criar situações de emulação e, ao mesmo tempo, analisar aquilo que é hoje o comportamento da Europa à escala da sua inserção nos mercados globais,...

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP). — *Very good!*

O Orador. — e criar formas de avaliação conjunta e de troca de informações para garantir que essa avaliação conduza a acções determinadas em planos de acção nacionais coordenados entre si

É esta a forma mais exigente de coordenação que queremos ver alargada a um maior número possível de áreas. Noutras, naturalmente, ficaremos por plataformas de coordenação mais limitadas, porque é mais relevante o princípio de subsidiariedade e a acção de cada Estado membro. E aí está em causa, fundamentalmente — será o caso da protecção social —, a troca de informações, aí está em causa a transparéncia, aí está em causa a intercomunicação das boas práticas que os vários países são capazes de apresentar entre si

Estratégia no domínio económico e social mas associada também a uma visão e uma estratégia de natureza política que assenta na ideia de que precisamos de uma Europa cada vez mais unida, mais forte e mais coesa no plano político e que seja capaz, desde logo, de gerar um verdadeiro espaço de liberdade, segurança e justiça

Quero aqui manifestar o meu apreço por aquilo que foi a acção do Comissário português António Vitorino na preparação de um conjunto de decisões tomadas em Tampere e que permitirão à Europa avançar — e avançar a partir da presidência portuguesa — com um conjunto de iniciativas fundamentais no que tem a ver com a segurança dos cidadãos, com o acesso à justiça e com a garantia das nossas liberdades e direitos fundamentais

Mas a segurança, o combate ao crime, o combate à droga, o desmantelamento das redes de tráfico de seres humanos, mulheres e homens, o combate à imigração clandestina acompanhado da humanização, da integração nas nossas sociedades daqueles que para elas têm imigrado, a visão generosa de uma perspectiva de asilo aos que, na Europa, carecem desse mesmo asilo, tudo isso não poderá subsistir se não formos capazes de, também no plano político, assegurar um alto grau de segurança colectiva

Nesse sentido, gostaria de chamar a atenção para algumas áreas de prioridade fundamentais. A primeira tem a ver com o alargamento

Vemos no alargamento aos países do centro e do leste da Europa, às novas democracias do centro e do leste da Europa, um reencontro da Europa consigo própria, com a sua história e com a sua perspectiva unificadora

Temos consciência de que, sem alargamento, não haverá nem estabilidade democrática nem segurança colectiva na Europa. E, para nós, para quem, após a Revolução do 25 de Abril, a União Europeia foi um factor decisivo de consolidação da democracia e de prosperidade económica, repito, para nós, há uma questão política fundamental: esse direito, que assegurámos, devemos afirmá-lo em relação às actuais jovens democracias do centro e do leste da Europa

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Isto quer dizer, naturalmente, que, no quadro de negociações que com alguns países se iniciam agora, durante a presidência portuguesa, e no quadro das negociações com outros, vamos continuar o respectivo desenvolvimento. A Turquia considera-se, pela primeira vez, como país candidato, embora se reconheça que é indispensável um diálogo político aprofundado para que este

país percorra ainda o longo caminho indispensável à plena garantia dos direitos humanos, dos direitos das minorias

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sobretudo dos direitos dos curdos!

O Orador. — e das reformas económicas indispensáveis para que qualquer negociação possa começar

Mas o sinal que foi dado foi um sinal positivo

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Positivo?

O Orador — em relação a todos aqueles que combatem fundamentalismos, em relação a todos aqueles que são pela racionalidade, pela segurança e pela paz à escala da Europa

Alargamento em que, naturalmente, saberemos sempre ter em conta os nossos interesses, mas em que saberemos ver para além disso, na perspectiva do futuro da Europa

Depois, dar consistência, no desenvolvimento da política externa e de segurança comum, à criação, à afirmação e à credibilidade de uma verdadeira política europeia de segurança e de defesa

Portugal vai ter, simultaneamente, a presidência da União Europeia e da União da Europa Ocidental. Nós mantemos uma visão atlântica da Europa. Nós continuamos a considerar a NATO como um instrumento fundamental da nossa segurança colectiva. Mas nós queremos que se caminhe para a afirmação de um verdadeiro pilar europeu da Aliança Atlântica, com maior equilíbrio em relação aos nossos parceiros de além-Atlântico e queremos que esse pilar venha a assentar, no futuro, na própria União Europeia.

É para que isso que trabalhará a presidência portuguesa durante estes seis meses. Trabalhará, procurando aprofundar a articulação do triângulo NATO—União Europeia—União da Europa Ocidental. Trabalhará na promoção do diálogo com os países europeus não-NATO e com os países NATO que não são parte da União Europeia. Trabalhará para reforçar a capacidade operacional da União da Europa Ocidental, para garantir a primeira existência de uma estrutura militar no seio da União Europeia, não de um exército europeu, não, ainda, de uma competência de defesa, mas para garantir a execução de missões de Petersberg, as missões que têm a ver com a manutenção e a preservação da paz e com a gestão de crises, no sentido de garantir a segurança colectiva no nosso continente. Este é um trabalho extremamente estimulante para quem acredita na Europa como realidade política e é uma componente indispensável a qualquer perspectiva de unidade política da própria Europa.

O primeiro exercício da União Europeia, o exercício chamado CMX CRISEX 2000, decorrerá durante a presidência portuguesa e esperamos que seja o primeiro de muitos que consolidem esta nova caminhada no sentido da nossa segurança e defesa comum.

Depois, há um outro aspecto extremamente importante. A segurança da Europa tem a ver com a nossa capacidade de, em termos de política externa europeia, agirmos de forma coordenada em relação ao que são os problemas de segurança que devemos ter em conta.

O primeiro tem a ver com o triângulo União Europeia—Rússia—Ucrânia, o segundo, com os Balcãs, o terceiro, com o Mediterrâneo. Nestas áreas, a presidência portuguesa irá, por um lado, aplicar as estratégias comuns

já definidas, ou revê-las, como é o caso, primeiro, da Ucrânia e, depois, da Rússia, e trabalhar na preparação de novas estratégias comuns, como é o caso dos Balcãs Ocidentais ou do Mediterrâneo.

Permitam-me que, nesta arquitectura de segurança colectiva que desejamos, com um anel de paz e estabilidade do Estreito de Bering ao Estreito de Bering, sublinhe a questão-chave que assenta no relacionamento entre a União Europeia e a Rússia. O relacionamento tem de basear-se na verdade e na exigência, sobretudo no que tem a ver com os direitos humanos, particularmente em cima da mesa no momento em que ocorreu a crise no Cáucaso, mas que tem de assentar, também, numa vontade de estreitamento e aprofundamento das relações num eixo decisivo para a arquitectura das relações internacionais.

A vocação universalista da nossa identidade leva-nos a que a presidência portuguesa dê a maior importância a outros desenvolvimentos da política externa da União. Desde logo, esperamos concluir durante a presidência portuguesa a nova Convenção de Lomé, aspecto particularmente importante para dar condições de desenvolvimento, não apenas mas também, a muitos países africanos e, em particular, a países africanos de expressão portuguesa.

A presidência portuguesa continuará as acções desenvolvidas pelas presidências anteriores no sentido de vir a viabilizar, agora ou mais tarde — não desistimos desse objectivo —, uma cimeira entre a União Europeia e África, no plano político, que consideramos muito importante, sobretudo para que a África possa sair do isolamento para que, progressivamente, seja empurrada no concerto das nações.

Aplausos do PS

Mas não posso deixar de sublinhar como particularmente significativo o facto de ser durante a presidência portuguesa que vão iniciar-se as negociações com o MERCOSUL. Isto é do maior relevo na lógica do relacionamento do Brasil com Portugal, que tem, hoje, uma substância e um conteúdo que nunca conheceu no passado recente, que é da maior importância para a Europa que, finalmente, encontra um parceiro à sua dimensão e com os mesmos valores civilizacionais, é da maior importância para uma nova arquitectura das relações internacionais. Tais negociações serão acompanhadas de reuniões ministeriais com a América Latina, com os Grupos de São José, com o Pacto Andino, com o Grupo do Rio, aprofundando uma área vital da política externa da União.

Permitam-me, ainda, que, num momento em que é vital mantermos toda a atenção sobre o futuro da Região Administrativa Especial de Macau e sobre o nascimento do novo Estado de Timor Leste, sublinhe o clima gerado pelo aprofundamento, que vamos realizar, das relações entre a Europa e a Ásia/Pacífico.

Pela primeira vez e por proposta portuguesa, realizar-se-á, ao nível de Chefes de Estado e de Governo, uma cimeira com a Índia, a maior democracia do mundo, e, pela primeira vez, estruturar-se-á o diálogo político com a Austrália e com a Nova Zelândia.

Para uma Europa mais unida e mais forte precisamos, também, de instituições transparentes, de instituições que funcionem, de instituições que garantam a capacidade de intervenção europeia. Daí a importância da conferência intergovernamental que vai iniciar-se durante a presidência.

portuguesa, para o acompanhamento da qual chamo particularmente a atenção deste Parlamento

Queria dirigir aqui um apelo a que todos os Estados membros compreendam que, para que esta Conferência possa ter êxito, o que está em causa é ter mais e melhor Europa, Europa mais unida e mais forte e não uma qualquer disputa pelo poder dentro da Europa, o que seria trágico para o futuro e para a coesão da União Europeia

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados Somos por uma visão, por um projecto e por uma estratégia para a Europa porque entendemos que essa visão, esse projecto e essa estratégia são essenciais para Portugal, para a afirmação de Portugal enquanto presidência e em todos os momentos do seu devir colectivo e para o bem-estar dos nossos cidadãos

Pela nossa parte, vemos a Europa como o espaço natural em que poderão realizar-se e garantir-se, de forma alargada, os nossos valores e as nossas aspirações enquanto cidadãos portugueses. Por isso, a construção europeia interessa a todos e a cada um. Por isso, estamos empenhados numa Europa forte mas aberta, próspera mas generosa, afirmativa mas dialogante, que se constitua como referência mundial em termos de liberdade, de democracia, de riqueza e de justiça social.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, o tempo que o Sr Primeiro-Ministro gastou a mais será, naturalmente, descontado no tempo global da bancada do Governo

Inscreram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs Deputados Durão Barroso, Luís Fazenda, Paulo Portas, Agostinho Lopes, Manuel dos Santos, Isabel Castro e Guilherme Silva

Tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, na parte final da sua intervenção, como se estivesse no Parlamento Europeu e não no Parlamento nacional, fez V Ex^a um apelo aos Estados membros da União Europeia para que não vissem a conferência intergovernamental em termos de questões de poder dentro da União Europeia e para que assumissem, com as boas intenções que V Ex^a seguramente tem, o projecto europeu como um projecto essencialmente de coerência e de solidariedade

Mas a verdade, Sr Primeiro-Ministro — e era sobre esta matéria que eu gostava de ouvir explicações da sua parte —, é que hoje, na União Europeia, há uma questão séria de poder que se coloca, a verdade é que hoje, na União Europeia, há um problema de ambiente político que se degrada, a verdade é que hoje, na União Europeia, há conflitos que se aprofundam entre os Estados de maior e de menor dimensão, entre os Estados mais ricos e os Estados menos ricos

Assim sendo, fiquei desiludido quando aqui, na Assembleia da República, ouvi de V Ex^a o discurso que é, talvez, o do presidente em exercício da União Europeia e por isso quero dizer-lhe, Sr Primeiro-Ministro, não se convença demasiadamente dessa posição! Essa é uma posição que V Ex^a ocupa rotativamente e aquilo que V Ex^a devia dizer hoje, aqui, a este Parlamento, era qual

a agenda portuguesa, qual o especial e o específico interesse português nessa construção europeia

Com certeza que eu não defendo que Portugal vá para a Presidência da União Europeia apenas com uma agenda nacional, mas todos os países têm e não hesitam em apresentar a sua própria agenda e em marcar a Europa com a sua própria «impressão digital»

V Ex^a fala como se estivesse verdadeiramente convencido que é Presidente da União Europeia

Vozes do PS — E é! No momento, é!

O Orador — V Ex^a é, antes de tudo, Primeiro-Ministro de Portugal

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — V Ex^a devia, antes do mais, entender que nós não colocamos Portugal no centro da construção europeia apenas fazendo nossas as prioridades dos outros!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O Sr Primeiro-Ministro voltou a insistir em algo que já tinha dito anteriormente que foi por sua iniciativa que no Conselho Europeu de Madrid a questão do emprego se transformou, finalmente, numa questão importante na agenda europeia

Sr Primeiro-Ministro, muito antes de V Ex^a ocupar essas funções, em diversos conselhos europeus, já pessoas como Delors, Kohl, Mitterrand e muitos outros

O Sr José Magalhães (PS) — Mas não Cavaco!

O Orador — trataram da questão do emprego V Ex^a fê-lo no Conselho Europeu de Madrid, quando essa era uma questão que interessava, antes de tudo e sobretudo, à nossa vizinha Espanha, e quando interessa, antes de tudo, a países como a nossa amiga Irlanda, isto quando V Ex^a, sistematicamente, prescinde das questões de primeira prioridade para Portugal

Aplausos do PSD

É por isso, Sr Primeiro-Ministro, que eu espero que ao longo deste debate nos diga se abdicou, se desistiu, de dar uma visão própria, portuguesa, à construção europeia ou se a sua visão da Europa é apenas aquela que os países mais desenvolvidos da Europa entendem que deve ser a visão de todos. Não estamos nós com algum complexo de inferioridade europeu, sistematicamente, a fazer nossas as prioridades dos outros, a «vender» como nossas, para consumo interno, a fim de apresentar vitórias, aquilo que, na realidade, são as prioridades de outros dos nossos colegas ou parceiros na construção europeia?

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — É por isso que eu estou preocupado — e o Sr Primeiro-Ministro também está, se for sincero — com o facto de nós, que tínhamos algumas posições na Europa, termos vindo a perdê-las

O anterior governo do PSD conseguiu, por exemplo, ter um Secretário-Geral da União da Europa Ocidental. Pergunto qual é o lugar de idêntica categoria ocupado hoje

por um compatriota nosso? Pergunto por que razão é que Portugal hoje não tem, como sempre teve, para além de um comissário, um director-geral? Por que razão é que V Ex.^a, que foi eleito Presidente da Internacional Socialista — facto com que todos nós nos congratulamos —, não consegue convencer o seu camarada da Internacional Socialista, o Comissário britânico Neil Kinnock, a nomear um director-geral português?

A questão é esta: devemos nós felicitar-nos porque um compatriota nosso, Primeiro-Ministro de Portugal, é Presidente da Internacional Socialista ou devemos ficar preocupados porque é a Internacional Socialista que preside ao Governo de Portugal?

Protestos do PS.

Essa é a questão essencial no que respeita à definição do interesse português.

Aplausos do PSD

De facto, V Ex.^a não disse nem uma só palavra sobre quais os interesses próprios de Portugal no que respeita à conferência intergovernamental.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador: — V Ex.^a assume acriticamente que o interesse europeu e o interesse de Portugal não conhecem quaisquer matizes, que não há diferenciação de perspectivas, que Portugal não deve dar o seu próprio contributo, específico e original, e daí a suprema ironia de V Ex.^a ao congratular-se com a primeira cimeira União Europeia/Índia e com as reuniões com a Nova Zelândia e com a Austrália e nada dizer sobre a malograda iniciativa portuguesa de uma cimeira União Europeia/África

Aplausos do PSD

Protestos do PS

Apesar disso, Sr Primeiro-Ministro, quero deixar-lhe aqui um apelo, o de que durante a presidência não abdique de trazer para a Europa a visão específica de Portugal, e, apesar das suas tão citadas referências em «europês», ou em inglês, ao longo do seu discurso, quero deixar-lhe aqui, sinceramente e a terminar, a expressão que merece depois do seu discurso: *good luck, Mr. Prime Minister*

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder desde já, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — O Sr Deputado Durão Barroso, tal como tinha anunciado na imprensa hoje de manhã, colocou duas críticas concretas e levantou um problema de fundo.

Em relação às críticas concretas — a do director-geral e a da cimeira União Europeia/África — quero remetê-lo para a análise que hoje mesmo ouvi, feita por uma figura destacada do seu partido e da história europeia do seu partido, o Professor João de Deus Pinheiro. Quero, pois, dizer-lhe que estou, em relação a estes dois aspectos, inteiramente sintonizado quer relativamente às afirmações

positivas que ele proferiu quer até em relação a alguns aspectos críticos que ele referiu quanto a este Governo

Mas vamos à questão de fundo qual é a marca e o contributo português na União Europeia? Sr Deputado, é extremamente preocupante que o senhor não tenha compreendido que toda a minha intervenção revela uma lógica voluntarista que este Governo sempre teve em matéria europeia, correspondendo a uma marca portuguesa contrária ao acantonamento.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — numa posição periférica da Europa, recusando-se a participar nas discussões centrais da União Europeia. E essa marca portuguesa é aquela que melhor pode proteger os nossos interesses fundamentais

Aplausos do PS

O exemplo mais impressionante é o do emprego. A Cimeira de Lisboa não é uma cimeira sobre o emprego, é uma cimeira que procura dotar a Europa, globalmente, de uma estratégia que a torne competitiva em todos os domínios económicos e sociais a escala mundial. E quem é que tem a ganhar vitalmente com essa estratégia europeia? É o núcleo central da Europa ou são os países, como o nosso, que têm ainda problemas de atraso relativo e de periferia?

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quem é que tem a ganhar com o facto de se desenvolver a sociedade de informação a nível de toda a Europa e não apenas nos países mais ricos?

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quem é que tem a ganhar com o facto de haver um efeito de alargamento da capacidade científica e tecnológica da Europa a todos os países europeus e não apenas aos países mais ricos?

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Quem é que tem a ganhar com o facto de a exclusão social — tema proibido no debate europeu — ser hoje assumido como um tema europeu, quando Portugal é, necessariamente, um dos países em que a questão da exclusão social é ainda particularmente relevante?

Aplausos do PS

E não se iluda, Sr Deputado, não se iluda na oposição, porque nós não nos iludimos no Governo Portugal não tem hoje um problema de taxa de desemprego. Felizmente! Trabalhámos para isso

Vozes do PSD — Trabalhámos, trabalhámos!

O Orador — Portugal tem um problema estrutural de empregabilidade e de emprego que decorre de uma herança de muitas décadas, de um atraso de qualificações e de produtividade que exige, para poder ser vencido, a cooperação de estratégias ao nível europeu. E não o compreender é não compreender os interesses de Portugal

Aplausos do PS

É evidente que falei aqui hoje na qualidade de Presidente do Conselho Europeu, e nada mais do que isso¹, mas, ao fazê-lo e ao introduzir as questões como as introduzi, não deixei de ter em conta interesses vitais de Portugal

O exemplo da Conferência Intergovernamental e das questões de poder é o mais interessante da sua análise. Qual a melhor maneira de impedir que a Europa se encaminhe para um directório dos países mais importantes da Europa? É transformar este debate num debate entre «grandes» e «pequenos», ou é colocar objectivos globais, à escala europeia, que levem a outra racionalidade no debate e na análise?

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Porque se tudo for reduzido a um confronto entre «grandes» e «pequenos», será muito mais difícil aos «pequenos» ganharem esse confronto

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — É por isso que temos uma visão integradora da Europa; essa é a melhor maneira de defender o interesse português

Há uma coisa que lhe quero dizer, Sr Deputado nuncá, para abrillantar uma presidência portuguesa, sacrificaremos interesses vitais de Portugal!

Aplausos do PS

Risos do PSD

Não queria lembrar este exemplo porque pensei que fosse outra a natureza deste debate, mas, já que colocou as questões como colocou, não deixaria de fazer-lhe notar que, para fechar a reforma da política agrícola comum durante uma presidência portuguesa, se sacrificaram interesses vitais da agricultura portuguesa

Aplausos do PS

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E vocês apoiaram a reforma da PAC! A responsabilidade é vossa, é a reforma da PAC de todos vós!

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, permita-me que saúde a intenção do Governo, no Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia e nas diligências efectuadas, para que se realize, durante este semestre, na União Europeia, uma cimeira sobre o emprego e outras matérias que lhe estão associadas. É, sem dúvida, uma iniciativa positiva

Mas permita-me que adiante, desde já, que encaramos tal processo com o maior ceticismo porquanto verificamos que o que existe na União Europeia é um conjunto de dinâmicas e de orientações económicas que são, basicamente, não propiciadoras de emprego: têm vindo a criar, de forma continuada, situações de maior desemprego estrutural, de desemprego de longa duração, bem como o incremento da exclusão social

Por isso, tal como o cidadão comum, o Bloco de Esquerda encara esse processo com muito ceticismo e ficará indagando o que vai resultar de tanto *mainstreaming*. Esperamos para ver depois. De facto, políticas de intenções podem conduzir-nos a um «céu» de boas ideias, mas na realidade há um «inferno» terreno, que é o do capitalismo selvagem que se observa sob a batuta do neoliberalismo na Europa Ocidental

As perguntas concretas que lhe quero colocar, Sr Primeiro-Ministro, são as seguintes em primeiro lugar, estamos a assistir à crise do Cáucaso, à guerra na Tchetchénia e a uma relação difícil, complicada entre a União Europeia e a Federação Russa. O Sr Primeiro-Ministro fez breves alusões a esta matéria e eu penso que ela mereceria um aprofundamento muito maior. Não podemos olhar apenas para o Ocidente, temos de olhar para o Oriente

Parece consensual que o factor de maior turbulência para uma paz duradoura na Europa se encontra hoje a Leste, numa sociedade profundamente mergulhada numa crise de desestruturação económica, numa quebra brutal do produto, numa acumulação mafiosa de capital. Mas, enfim, trata-se de uma potência nuclear — e, em todo o caso, não temos de nos substituir ao povo ou aos vários povos da Federação Russa na sua autodeterminação e na prossecução do seu processo democrático

O Sr Primeiro-Ministro falou na estratégia comum europeia face à Rússia, mas não se percebe que coordenadas tem essa estratégia — mais parece estar, há bastante tempo, em «água de bacalhau»!

Daqui, retiro que seria necessário que, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, a União Europeia falasse mais alto, tomasse iniciativas concretas em relação ao que se está a passar na Tchetchénia, o massacre de populações civis, uma crise política evidente, a galvanização de um conflito numa região para servir como instrumento de campanha eleitoral protodinástica na própria presidência da Federação Russa. E os tímidos acenos da União Europeia são, efectivamente, «encolhidos» protestos e nada mais

Recordo, porque temos aqui, certamente, posições diametralmente opostas, que a União Europeia sofreu bastante com os fracassos que teve nos Balcãs. Hoje, podemos optar por tapar os ouvidos e fechar os olhos em relação ao que está a passar-se no Cáucaso, mas não se passa nem mais nem menos do que um processo de características similares

Não fará qualquer sentido que esta presidência da União Europeia continue a «divagação» da presidência finlandesa que a antecedeu

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, quero colocar-lhe duas perguntas. Uma delas tem a ver com a conferência intergovernamental e a reforma das instituições. Pergunto por que é que a Presidência Portuguesa não pode ter um pouco mais de «golpe de asa», por que é que não pode pressionar e incluir na agenda, não apenas um mecanismo — certamente importante e já hoje aflorado — da decisão, da ponderação dos votos do funcionamento institucional, mas, e em primeiro lugar, a reforma da mais recente das instituições criadas na União, que é, certamente, aquela que está a precisar da maior reforma. Refiro-me ao Banco Central Europeu, pois é necessário que ele tenha um controlo democrático e não seja independente do poder político para que, também nos objectivos do Banco Central Europeu não conste, ape-

nas e exclusivamente, a luta, o combate pela estabilidade dos preços mas, sim, um direcionamento para o crescimento económico e para o emprego. Porque não incluir na agenda da Conferência Intergovernamental a reforma dessa instituição? Ou é a nova «vaca sagrada» da ortodoxia neoliberal da União Europeia?

Ainda hoje li nos jornais que há até socialistas que propõem ao Governo — e a nosso ver muito justamente — que, também, Portugal nesta presidência da União possa vir a incluir na agenda o problema do combate à toxicodependência numa perspectiva nova que encare a despenalização e a legalização de certo tipo de drogas. Lamento ter lido no programa da presidência que nos foi distribuído que a única referência que é feita à questão das drogas está associada à criminalidade. A nossa perspectiva é bem outra e, se a Europa tem servido, de algum modo, de alibi para que, até agora, não tenham sido dados passos mais ousados no nosso próprio país nesta matéria e neste campo, reafirmo essa interrogação, até de muitos socialistas, dirigindo-a directamente ao Sr Primeiro-Ministro porque não sermos mais ousados e porque não incluirmos também, neste momento, essa matéria na agenda?

O Sr Presidente. — Não sei se o Sr Primeiro-Ministro quer responder já, uma vez que os Srs Deputados Paulo Portas e Basílio Horta desistiram dos seus pedidos de esclarecimento

Pausa

Tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr Deputado, registo o seu ceticismo e procurarei responder a esse ceticismo com iniciativa, dinamismo e inovação para que, no fim, não fique tão céptico como está no princípio.

É evidente que corremos muitas vezes o risco de ficar num céu de boas ideias e de realidades infernais mas, também, é verdade que se não tivermos boas ideias não teremos processo algum de mudar a realidade

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Gostaria de dizer-lhe com toda a clareza o seguinte: assumimos a política de estabilidade da União Europeia, mas temos dito, desde a primeira hora, que essa política não chega. Temos dito, também, desde a primeira hora, que é necessário o mesmo esforço na coordenação das políticas económicas para o crescimento, para o emprego, agora com as novas dimensões do combate à exclusão social e à protecção como aquilo que já foi conseguido em matéria de estabilidade. É um complemento indispensável. Devo referir-lhe, aliás, que, quando foi discutida a matéria estatutária do Banco Central Europeu, tive ocasião de dizer que entendia que nos seus estatutos não devia figurar apenas a questão da inflação mas também a questão do crescimento e do emprego. Agora, a verdade — e partilho a sua opinião a esse respeito — é que essa opinião não tem, neste momento, condições de fazer vencimento à escala europeia, essa é a realidade.

No entanto, posso garantir-lhe que se alguma coisa de profundamente inovadora existe na nossa pers-

pectiva sobre o conjunto da temática económica e social é o procurar dar a esse conjunto uma visão estratégica, que dê resposta não apenas ao problema das políticas activas de emprego ou aos problemas extremos de pobreza e exclusão mas que garanta à Europa uma verdadeira coesão social no que isso significa em todos os domínios.

Quanto à questão da Rússia a estratégia comum da sua União que vai ser revista durante a Presidência Portuguesa tinha três objectivos fundamentais: ajudar a consolidar a democracia política, ajudar a fortalecer a sociedade civil e ajudar a criar as condições para uma economia saudável. Todos temos consciência de quanto longe estamos disto, mas também é verdade que a União Europeia não ficou silenciada em relação ao que se passou no Cáucaso. Em Helsínquia foram tomadas medidas à escala das capacidades de actuação da União Europeia e o que se revela, neste momento, é que a escala das capacidades da União Europeia é extremamente reduzida, daí a importância que damos a aprofundar politicamente a unidade e a construção europeias para que, no futuro, tenhamos outra capacidade de dar contributos para a solução das crises que hoje, infelizmente, ainda não temos.

Como o Sr Deputado sabe, diz-se muitas vezes que a Europa aparenta ser um gigante económico e um anão político e é esse anão político que queremos que deixe de existir, por isso assumimos as nossas iniciativas. Se criticamos com frontalidade aquilo que é a violação dos direitos humanos na forma como tem sido conduzida a guerra na Tchetchénia e com a máxima clareza o temos dito. União Europeia e nós, Portugal, também dizemos que condenamos o terrorismo, que consideramos que devem ser garantidas as fronteiras da Federação Russa e que a articulação das relações entre a União Europeia e a Federação Russa é um elemento essencial para um mundo multipolar e mais equilibrado do que aquele que hoje existe à escala internacional.

Em relação à Conferência Intergovernamental a sua agenda é fixada por consenso, mas foi dada à Presidência Portuguesa a possibilidade de introduzir novos temas aquando da Cimeira da Feira, e temos a iniciativa de ir tão longe quanto possível na introdução desses novos temas, não para impedir a Conferência Intergovernamental de funcionar mas para dar-lhe uma outra dimensão mais ligada às aspirações das pessoas e ao concreto da vida dos cidadãos.

Há temas que para nós têm uma enorme importância como é o caso da Carta dos Direitos Fundamentais e dos mecanismos de segurança e defesa europeus. E estou convencido de que, com grande probabilidade, nosuiremos a encontrar mais tarde na concretização deste debate.

Quanto ao combate à toxicodependência, como sabe, iniciar-se-á com a Presidência Portuguesa o programa de acção 2000/2004 e se há matérias em que é particularmente relevante o princípio da subsidiariedade essas são as matérias de Direito Penal. Como seguramente tem consciência podemos, em relação a isso, ter trocas de opiniões, de informações, podemos fazer tentar valer os nossos pontos de vista, mas penso que nenhum país abdicará, nesse domínio, em matéria de soberania e, portanto, as formas de coordenação que existem são importantes, mas não creio que seja possível alterar radicalmente o Tratado nessa questão.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP) — Sr. Presidente, Sr Primeiro-Ministro, ouvida a sua exposição, conhecido o programa de trabalho da Presidência Portuguesa ou lidas as inúmeras entrevistas dos muitos ministros sobre a mesma matéria, a minha interpelação poderia sintetizar-se nesta questão o que entende o Sr Primeiro-Ministro por uma boa Presidência Portuguesa da União Europeia? Pergunto isto porque o País tem já uma experiência de Presidência Portuguesa e se na sua intervenção inicial o Sr. Primeiro-Ministro parecia estar de acordo com aqueles que pensam que ela foi um êxito muito importante para o País e que nos trouxe prestígio, posteriormente referiu-se à questão central por que essa presidência ficou marcada, isto é, pela reforma da política agrícola comum de 1992 que ajudou a dar mais um golpe na já então debilitada agricultura portuguesa.

Assim, Sr Primeiro-Ministro, perguntamos se é uma boa Presidência Portuguesa da União Europeia que vai ser envolvida, certamente, nos grandes e complexos *dossiers* da União Europeia, passeando a Comissão e o Conselho pelo País, mostrando obra feita, porque há, mostrando o País bonito, que também somos, mas escondendo muitas daquelas realidades e problemas profundos do País que a estatística habitualmente esconde.

Vai ser uma Presidência capaz de mostrar aos nossos parceiros da União Europeia, para lá da convergência do PIB *per capita*, dos progressos na convergência nominal, dos milhões de contos da pré-adesão, do primeiro quadro comunitário de apoio, do segundo quadro comunitário de apoio — e já ontem o Ministro da Agricultura e o Ministro da Economia começaram novamente a propagandear o terceiro. —, um País com uma crescente precariedade e com sérios problemas de emprego e de subemprego (os mais de 150 000 postos de trabalho criados na agricultura, segundo o INE, são uma expressão desse subemprego), um País com salários degradados e desvalorizados.

Estamos no virar do milénio, o País está, há 15 anos, na União Europeia e existem milhares de situações como a de uma trabalhadora de uma empresa do Vale do Ave com uma carreira profissional de 35 anos — Sr Ministro, 35 anos na mesma empresa! — e que hoje leva para casa menos do que o salário mínimo nacional!

Pergunto, pois, se vamos continuar um país com as pensões bastantes degradadas, como é sabido, com os rendimentos de milhares de agricultores bastante inferiores ao salário mínimo, com problemas de produtividades que não convergem desde 1992, com problemas de balança comercial que divergem da situação de outros países onde, em geral, algumas são fortemente excedentárias, um país com profundas assimetrias regionais e desigualdades sociais, um país com uma economia fragilizada e problemas estruturais.

Na nossa opinião, Sr Primeiro-Ministro, uma boa presidência evidenciará estes problemas e colocaria na presidência portuguesa, como objectivo central da União Europeia, a convergência real e a procura, através dos fundos, das políticas comuns e da sua alteração, da coesão económica e social.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — É neste sentido que coloco ao Sr Primeiro-Ministro as seguintes três questões simples nas estratégias comerciais, ao nível do alargamento, ao nível da Organização Mundial do Comércio, ao nível das múltiplas relações bilaterais, a Presidência Portuguesa vai empenhar-se em defender seriamente os interesses portugueses? A Presidência Portuguesa vai procurar que na CIG — e a CIG são questões de poder. Sr Primeiro-Ministro, e são certamente os egoísmos nacionais que, mais uma vez, vão presidir a essa CIG.

O Sr Presidente — Agradeço-lhe que termine, Sr Deputado

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

Como dizia, vão ser defendidos a língua portuguesa, o direito de voto e o peso relativo de Portugal no apuramento das decisões comunitárias e a existência de um comissário português na Comissão Europeia? A Presidência Portuguesa vai procurar, ao nível dos preocupantes problemas dos nossos sectores produtivos (pesca, agricultura e os principais sectores industriais), que sejam adoptadas políticas que resolvam os seus problemas? Ou seja, vamos ter uma Presidência Portuguesa que defenda uma União Europeia, certamente com visão, estratégia e projectos, modelo original de cooperação solidária entre Estados e povos soberanos e.

O Sr Presidente — Sr. Deputado, tem de terminar, pois já ultrapassou o dobro do seu tempo!

O Orador — Iguais em direitos, garantindo a continuidade de Portugal como país independente, soberano e não uma região da Europa, ou vai, como suspeitamos, ser uma Presidência, certamente também com visão, estratégia e projecto, mas para aplaínar o caminho dos interesses estratégicos das grandes potências europeias, orientada por um neoliberalismo e ao serviço do capital transnacional?

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, serei extremamente breve

O objectivo central da Presidência Portuguesa é o de que haja no mundo mais Europa e mais Portugal e, em nosso entender, para haver no mundo mais Portugal é necessário que haja mais Europa, precisamente essa Europa da coesão económica e social de que falava, mas também a Europa capaz de competir e de fazer defender os seus interesses e os seus valores com uma capacidade política mais unida e coesa à escala global.

É evidente que isso implica uma certa visão da Europa, e essa visão da Europa, se tem de estar permanentemente atenta à defesa dos interesses nacionais, não pode escapar à lógica da defesa dos valores universalistas que também foram sempre os valores da nossa História e da nossa identidade.

Esteja o Sr. Deputado descansado pois saberemos defender sempre os interesses nacionais, na língua portugue-

sa, no peso de Portugal na Europa, como nas questões que têm a ver com as diversas políticas da União, mas temos consciência de que só o faremos com eficácia, se assumirmos com verdade o projecto europeu

Quanto ao resto, não andaremos a «mostrar» o País. Devo dizer-lhe que nada esconderemos e que temos consciência do muito que há de atraso na sociedade portuguesa e dos muitos problemas que os portugueses têm, mas também seria cegueira da nossa parte não notar que, desde que integrámos a Europa, infelizmente sem o seu consentimento, Portugal deu um salto extremamente importante em relação ao passado. Não reconhecer esse salto, em minha opinião, é não ter a capacidade de perspectivar o futuro!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, felicito o Presidente em exercício do Conselho Europeu e desejo-lhe, em bom português, e não em «lisboês», boa sorte para o seu mandato!

Ainda em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, manifesto ao Primeiro-Ministro de Portugal toda a solidariedade deste grupo parlamentar na acção governativa que vai desenvolver durante os próximos quatro anos e não apenas exclusivamente nestes seis meses, uma vez que temos perfeita consciência de que V Ex^a, sendo o Presidente do Conselho Europeu, não deixará de ser o Primeiro-Ministro de Portugal e, portanto, não deixará de defender os interesses de Portugal, como, aliás, tem feito brilhantemente nos últimos anos.

Devo confessar-lhe que tenho a vida facilitada porque uma das perguntas que tinha para colocar a V Ex^a já foi feita pelo Sr. Deputado Durão Barroso — o Sr Deputado Durão Barroso fica credor deste favor em relação a mim, uma vez que me facilitou a vida. Eu poderia admitir que se trata de uma subliminar propensão para o suicídio, que normalmente o Sr Deputado Durão Barroso tem, quando debate com V Ex^a, e até poderia invocar a desistência dos Srs Deputados Paulo Portas e Basílio Horta de inquirirem V. Ex^a como não tendo essa subliminar propensão para o suicídio.

Risos do PS

De todo o modo, a pergunta do Sr Deputado Durão Barroso permitiu que V^a Ex^a esclarecesse a Câmara e, sobretudo, o esclarecesse a ele, de como a defesa do interesse europeu e a defesa do interesse nacional não são incompatíveis. Como o Sr Deputado Durão Barroso deveria saber, até porque foi ministro dos Negócios Estrangeiros durante muito tempo, hoje não podemos viver isolados da Europa e o interesse europeu é, em boa parte, o interesse nacional. Mas ainda bem que ele fez a pergunta porque, assim, V Ex^a teve oportunidade de responder com o brilhantismo que o caracteriza!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — E sem dizer nada!

O Orador — Realmente, não entendo muito bem como é que, alguns anos depois de estes assuntos terem

sido trazidos à discussão política, se continua, em algumas bancadas e em alguns grupos partidários, a confundir uma luta circunstancial pelo abaixamento de taxas de emprego com aquilo que é essencial na transformação das sociedades, que é a criação de condições para que se gere emprego, emprego de mais qualidade, com mais estabilidade e maiores rendimentos.

Esse foi realmente o contributo que o Sr Primeiro-Ministro de Portugal deu na Cimeira Europeia de Madrid, porque é evidente que, antes de o Sr Engº António Guterres, muita gente se teria preocupado com as questões do emprego — desde logo, o Sr Presidente da Comissão, Jacques Delors —, mas foi a partir da Cimeira de Madrid que a questão da empregabilidade e da transformação das condições de oferta de emprego foram colocadas da forma que V Ex^a apresentou. Negar este facto é, claramente, negar uma evidência e não é justo nem correcto!

Aliás, eu esperava que este debate se situasse na sua verdadeira dimensão, mas, depois de ter feito a pergunta que fez, o Sr Deputado Durão Barroso caiu naquilo que já prevíamos e já vinha hoje, de algum modo, anunciado nos jornais, isto é, a questão do director-geral e da suposta perda de influência de Portugal no contexto europeu.

Sr Primeiro-Ministro, como V Ex^a sabe, já fizemos *n* debates nesta Câmara sobre a questão do director-geral, já foram dados todos os esclarecimentos e explicações, até já assumimos a parte de penalização que nos competia.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Só falta a nomeação!

O Orador — portanto, não vamos repetir esse debate, pois não me parece que seja correcto e, sobretudo, muito digno repetir esse debate no contexto em que estamos a falar, tendo aqui presente o Primeiro-Ministro de Portugal.

Vozes do PSD — Não é preciso! Só falta a nomeação!

O Orador — De todo o modo, Sr Primeiro-Ministro, não posso deixar de colocar-lhe duas questões, que já não são as iniciais mas que me ocorreram no decurso do debate. A primeira tem a ver com uma aposta, que reconheço ser arriscada, mas que é muito importante, que V Ex^a e o seu Governo fizeram relativamente ao encerramento do dossier da harmonização fiscal. Até onde é que V Ex^a e o seu Governo vão no encerramento desse dossier, sendo certo que já obtivemos de si a garantia de que, em circunstância alguma fechará qualquer dossier desde que isso não defende os interesses nacionais? V Ex^a já disse, e acreditamos em si pois sabemos que assim é, que não fechará um dossier eventualmente para «abrir hantar» a Presidência, sem que esteja em causa a defesa absoluta dos interesses nacionais.

Portanto, quais são os limites, as expectativas, que V Ex^a coloca quanto ao encerramento deste dossier, que é, reconheçamos, relativamente melindroso e, nesta fase da construção europeia, ainda muito complexo e delicado?

A segunda questão tem a ver com as verbas que estão incluídas na Agenda 2000 e que visam apoiar os países que, eventualmente, e esperamos que rapidamente, venham a integrar a União Europeia.

V Ex^a fez uma afirmação política muito correcta relativamente ao empenho de Portugal no alargamento, tra-

zendo ao debate considerações de natureza política e de solidariedade muito importantes, que devem ser realçadas e retomadas. Mas é um facto que há verbas na Agenda 2000 que estão previstas para apoiar os países que venham a entrar na União, embora possam não entrar exactamente na data que está prevista mas um dois anos depois, o que poderia não ser demasiado grave. Sabemos, no entanto, que há uma certa apetência, sobretudo dos países mais importantes da Europa, no sentido de pouparem essas dotações.

O Sr. Presidente: — Agradeço que termine, Sr. Deputado

O Orador. — Vou já terminar, Sr. Presidente

Não seria, portanto, um elemento identificador e muito importante da Presidência Portuguesa que fosse assumido desde já que, na eventualidade de se verificar essa circunstância, as verbas pudesssem ser desviadas para a ajuda de pré-adesão a esses países, reforçando a aposta política que o País faz, e V. Ex.^a em particular, de apoio à adesão e ao alargamento aos países de leste?

Vozes do PS. — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr Presidente, agradeço as palavras de solidariedade que foram expressas.

Gostaria de dizer que a questão fiscal é seguramente um dos *dossiers* mais difíceis que, há mais de uma dezena de anos, está em cima da mesa da União Europeia.

Portugal é favorável à criação de uma base comum de taxação no que diz respeito aos impostos sobre a poupança. Como se sabe, não foi possível encontrar um acordo nesta matéria na última Cimeira de Helsínquia por oposição do Reino Unido, que argumenta com o facto de ter regras de transparência que são muito superiores às de outros países europeus e de ter, por isso, uma debilidade concorrencial que seria naturalmente acrescida se se verificasse essa harmonização.

Penso que o caminho relativamente estreito para um consenso está em aprofundar simultaneamente as duas áreas, a área de uma convergência em matéria de níveis mínimos de taxação da poupança e a área de convergência em matéria de regras de transparência, que são, aliás, também fundamentais para que todos os países europeus possam fazer um combate efectivo à evasão e à fraude fiscais sem criarem situações de concorrência desleal.

Em relação à outra questão que o Sr. Deputado Manuel dos Santos colocou, como sabe, o princípio adoptado é o da separação de verbas, mas se se vierem a verificar atrasos no alargamento, penso que a questão que agora levanta virá seguramente na altura a ser colocada. No entanto, fazê-lo neste momento daria o sinal político de que Portugal está interessado em atrasar o alargamento e de maneira alguma queremos dar esse sinal.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, julgo que, neste debate, quanto se fala da Presidência Portuguesa é importante referir a re-

lidade da Europa. Trata-se de uma realidade concreta, num espaço político com uma política externa comum, com um mercado comum, com uma moeda comum e também com problemas comuns, que são o desemprego, a crise ecológica e a exclusão social. Nessa perspectiva, parece-me importante e é positivo que Portugal tenha chamado para esta Presidência a questão do emprego, independentemente de não nos interessar a discussão sobre quem em primeiro lugar colocou ou não o problema em agenda.

Para Os Verdes, a questão do emprego deveria colocar-se numa óptica diferente da que tem sido hoje a fórmula encontrada, que é a da flexibilidade e a do crescimento como sinônimos hipotéticos de criação de emprego. Esta é seguramente uma fórmula falhada, pelo que julgo que é interessante colocar o problema do emprego numa perspectiva de longo prazo, considerando os direitos sociais e a resolução das questões ambientais, que não são um exclusivo português mas de toda a Europa. E em relação a estas questões parece-me que Portugal tem uma situação peculiar que teria toda a vantagem em trazer para a discussão neste momento.

Gostaria, porque me parece negativo, que comentasse a razão pela qual as questões do investimento, da investigação e do desenvolvimento não aparecem associadas às políticas de emprego numa perspectiva de longo prazo.

A Europa, como região, para competir, nomeadamente com os Estados Unidos, precisa seguramente de fazer bom uso de novas formas de produzir e de poupar energia. Assim, ganha em competitividade e em direitos ambientais e sociais, pelo que me parece extremamente negativo, não sendo uma visão de futuro, ignorar essa perspectiva.

Portanto, julgo que, de acordo com a lógica que enunciou de «mais Europa e mais Portugal», haveria toda a vantagem que Portugal tivesse feito uso do seu atraso e desvantagem e da sua posição recuada para trazer esta perspectiva a debate. Sendo que o não fez, gostaria que explicasse em que medida é que na discussão da Cimeira, este problema, nesta perspectiva, pode ser diferentemente colocado, até porque me parece que a questão das tecnologias não é um fim em si mesmo mas um instrumento que pode ter uma excelente aplicação numa perspectiva de desenvolvimento e de sustentabilidade na óptica de criação de emprego com direitos de longo prazo e competitividade da Europa.

Em todo o caso, há vários aspectos que estão colocados nesta Agenda em relação aos quais não se pronunciou, pelo que gostaria de saber qual a posição de Portugal e até onde é que Portugal quer ir no impulsionar de directivas muito importantes para a Europa e, por razões acrescidas, para os países do sul da Europa.

Em concreto, coloco a questão da bio-segurança, que é um aspecto que está em discussão e que tem importância para a Europa e para Portugal pelo enorme atraso que temos nesta matéria.

Gostaria ainda que se referisse também às questões que têm a ver com a água. De facto, sendo a directiva-quadro da água um elemento de grande importância para o desenvolvimento dos países do sul da Europa, sobre essa questão gostaríamos de saber em que medida é que Portugal vai ou não dar o «empurrão» que tem faltado para que esta directiva-quadro seja aprovada, embora sabendo que Portugal continua com atrasos enormes na elaboração do plano nacional da água, que se conjuga com a concretização desta directiva.

Gostaria ainda que se pronunciasse sobre a directiva que tem a ver com as águas balneares, que, de um ponto de vista da saúde, é fundamental num país onde o turismo é uma das vertentes mais importantes do desenvolvimento económico. Sobre esta questão também não temos ouvido, nas múltiplas entrevistas, nada de muito claro sobre o que se quer fazer.

Tivemos oportunidade de discutir a questão da segurança alimentar e aparentemente o Governo diz que quer impulsionar a criação de uma agência europeia de segurança alimentar, o que parece ser sensato, embora fosse sensato e elementar que Portugal tivesse criado a sua agência, e não o fez. Portanto, gostaríamos que o Governo precisasse os seus próprios calendários sobre esta matéria.

Por último, há uma questão que nos parece de grande importância e que está associada a tudo isto. Seattle foi, do ponto de vista de Os Verdes, um fracasso e um impasse no sentido da não concretização de *dossiers* que eram extremamente negativos, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista dos direitos sociais, quer do ponto de vista ético.

A questão que lhe coloco — uma vez que temos a vantagem de ter recuado e estarmos outra vez no mesmo patamar em que estávamos em Marraquexe —, é se o Governo entende ou não, face aos enormes problemas que existem na Europa, face às preocupações dos cidadãos europeus e portugueses e face àquilo que é um problema de segurança, que existe o risco de a Europa ficar na dependência de um grande gigante da indústria agro-química norte americana, e se entende e quer trazer este tema para discussão com vista a reorientar o comércio internacional.

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro.

O Sr Primeiro-Ministro — Sr Presidente, Sr^a Deputada Quero dizer-lhe que o que V Ex^a disse sobre investigação e desenvolvimento corresponde exactamente àquilo que eu tinha dito na minha intervenção. Isto é, nós desejamos associar o tema da investigação e desenvolvimento numa perspectiva mais ampla que a da sociedade de informação e associá-lo até às questões de formação, de educação e da coordenação possível entre os diversos Estados por considerarmos que isso é essencial para vencermos o atraso relativo que ainda temos em relação ao resto da Europa, nesse domínio. Portanto, ai temos uma identidade de pontos de vista.

Quanto aos aspectos da segurança alimentar, devo dizer-lhe que é nossa preocupação — e foi por nossa iniciativa que assumimos o encargo de apresentar um relatório no fim da Presidência — contribuir para a criação de uma agência europeia, tal como está no Programa do Governo a criação de uma agência nacional.

Finalmente, quero dizer-lhe que uma das prioridades da Presidência em matéria de ambiente, porventura a prioridade central, tem a ver precisamente com a água.

É nossa intenção fazer tudo para que o processo de co-decisão, que, como é sabido, tem o problema dos atrasos que são conhecidos, possa terminar por forma a que a directiva-quadro sobre a água seja aprovada, bem como outras relacionadas com esta — citou as águas balneares —, da mesma forma que nos preocupamos com a ratificação, por todos, da Convenção de

Quioto, da mesma forma que iremos promover a avaliação global do V Programa do Ambiente para permitir o lançamento do VI Programa, da mesma forma que vamos dar particular ênfase às questões do ambiente urbano que consideramos extremamente significativas num país como Portugal, da mesma forma como estão a ser preparadas, por parte de Portugal, as acções de representação da União Europeia, na Conferência relacionada com o protocolo relativo à bio-segurança, de que falou, como na Conferência sobre as Espécies Ameaçadas de Extinção, como na Conferência das Partes Signatárias da Convenção da Biodiversidade. Portanto, penso que estamos totalmente identificados com o conjunto de preocupações que acabou de expor, neste debate.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro Se a leitura do Programa da Presidência Portuguesa nos tinha deixado preocupados sobre uma quase total ausência no que diz respeito às questões das regiões autónomas enquanto regiões ultraperiféricas, coincidência e actualidade no âmbito da União Europeia, a sua intervenção, hoje, aqui, primando por uma ausência total relativamente a esta matéria, deixou-nos ainda mais preocupados.

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Mas está no Programa da Presidência!

O Orador — V Ex^a já deu a justificação para essa razão: um certo complexo de não ter uma Presidência acantonada nas questões portuguesas. V Ex^a deverá repreender um pouco os seus impetos internacionalistas, que tanto privilegia, para ter presente uma coisa elementar como esta se não for Portugal e os seus representantes a defenderem o nosso país na União Europeia, não espere que outro país o faça em nosso lugar.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Assim como é importante, tal qual fazem os outros países, que ao assumir esta Presidência também tenha a preocupação, sem complexos, da defesa dos nossos interesses, designadamente das regiões autónomas, e da afirmação da nossa identidade perante a Europa. E a questão que lhe quero colocar tem a ver com o facto de, no Programa da Presidência, se referir que esta acompanhará com atenção a questão da implementação das responsabilidades da União Europeia no âmbito do artigo 299º do Tratado da União Europeia.

Portanto, pergunto-lhe se a Presidência vai, apenas, acompanhar com atenção ou se vai ter uma posição de liderança, de iniciativa, de afirmar e tomar medidas concretas com vista a essa implementação e não apenas de «estar atenta».

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Primeiro-Ministro.

O Sr Primeiro-Ministro — Sr. Deputado, ainda bem que colocou essa questão, porque ela, mais uma vez, permite clarificar um tema essencial a questão das regiões ultraperiféricas não é uma questão portuguesa, é uma questão de justiça e, portanto, é uma questão europeia.

Por isso, é com base numa visão europeia que Portugal sempre colocou e continuará a colocar a questão das regiões ultraperiféricas, não apenas como interesse específico nacional mas como uma questão central da própria política europeia. Como sabe, foi por nossa iniciativa que foi introduzido o artigo 299º, n.º 2, do Tratado de Amesterdão, portanto, não nos limitaremos a acompanhar a sua concretização.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Há que corrigir o Programa!

O Orador: — Se ler o parágrafo seguinte ...

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Não diz muito mais!

O Orador — . diz uma coisa decisiva. «Com vista a garantir a promoção dos actos jurídicos necessários nesse domínio.». Ou seja: cabendo nesta matéria, como sabem, a iniciativa à Comissão, vamos estabelecer a articulação indispensável, com a Comissão, para que aquilo que até agora não foi feito — e é essencial que o seja —, a promoção dos actos jurídicos necessários a dar corpo ao que foi introduzido por nossa iniciativa no Tratado de Amesterdão, efectivamente o seja em benefício das regiões ultraperiféricas, o que quer dizer em benefício de Portugal e o que quer dizer em benefício da Europa, porque é uma questão central do nosso conceito europeu e português de coesão económica e social

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr António Capucho (PSD) — A ver vamos!

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos passar à fase das intervenções, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso.

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs Deputados Desde o passado dia 1 de Janeiro que cabe a Portugal, pela segunda vez, a tarefa de presidir aos destinos da União Europeia Trata-se de um mandato que ocorre no momento em se discute qual será a representatividade dos diversos países no contexto europeu e vamos directos ao assunto não nos iludamos, há hoje uma questão de poder político na Europa e importa saber de que modo ela deve ser enfrentada por um país como o nosso

Essa seria, por si só, razão suficiente para que esta Presidência tenha de ser conduzida de modo a permitir o reforço do peso específico de Portugal

Na verdade, a União alargada que hoje se prepara debate-se com um problema de fundo: o equilíbrio da relação entre os Estados de maior dimensão, por um lado, e o conjunto dos restantes países, por outro.

Assiste-se a uma tentativa, não claramente assumida, por parte dos maiores Estados, de constituição de um directório que controle o modo como a União Europeia

funciona, tornando-a, na prática, numa espécie de câmara de ratificação das decisões dos seus membros política e economicamente mais poderosos. É por isso essencial que a Presidência Portuguesa não seja apenas mais uma presidência.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Que se aproveitem as oportunidades que o início da Conferência Intergovernamental proporciona, de modo a encontrar as melhores soluções para o futuro do projecto europeu e, em especial, para assegurar o estatuto dos pequenos e médios Estados

Porque o que está realmente em causa é o futuro da própria Europa saber se a Europa continuará a ser um projecto em que todos os membros se revêem ou se, ao contrário, ela tenderá a transformar-se num instrumento de dominação de alguns sobre a maioria

Infelizmente, e como hoje ainda pudemos confirmar depois da decepcionante intervenção do Sr Primeiro-Ministro

Risos do PS.

... não parece que a posição nacional tenha enveredado pelo caminho mais correcto

De facto, ao orientar-se para aceitar a redução do mandato da CIG aos chamados *leftovers* de Amesterdão..

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Mais inglês!

O Orador. — . o Governo português está, de antemão, a confessar a sua incapacidade para encaminhar o debate no sentido de manter a coerência e o equilíbrio que têm sido a chave do sucesso da integração

Caso a questão institucional não seja adequadamente resolvida, a Europa corre o risco de entrar num processo de fragmentação. E se é verdade que o alargamento trará a necessidade de alguma diferenciação, esta deve, apenas, resultar da vontade ou capacidade dos diferentes países em levar mais longe alguns domínios da integração. Nunca, mas nunca como agora implícita ou explicitamente se pretende — e como o Sr Primeiro-Ministro ignora — a estratificação dos Estados membros em função da sua dimensão, seja ela económica ou demográfica.

Aplausos do PSD

Causa por isso perplexidade ver o Governo português admitir, com antecipação, que da reforma institucional o nosso país tenderá a sair perdedor

Esta é uma atitude que só pode entender-se como visando minorar os custos internos de um previsível desaire. Mas de um Governo responsável espera-se uma atitude firme na defesa do interesse nacional em vez da preocupação com a gestão das consequências políticas caseiras de qualquer derrota no plano internacional

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados O percurso do nosso país enquanto Estado membro das Comunidades Europeias esteve inicialmente marcado pela preocupação de conquistar, na prática, e não apenas formalmente, o estatuto de parceiro de pleno direito

É útil recordar que, ao aderir, Portugal foi recebido com uma espécie de condescendência benevolente, encarado com a indifarçável desconfiança com que a maioria dos Estados membros olhava para um país do Sul da Europa apresentando então o mais baixo PIB *per capita* e afectado, até então, por uma crónica instabilidade política.

Compreende-se, por isso, que um dos principais desígnios do governo português, a partir de 1986, haja sido o de combater essa imagem distorcida e colocar o País, como então se disse, e bem!, no centro do processo de construção europeia. Às vezes o actual Governo parece esquecer-se de que o mundo já existia antes de ele ter nascido!

Aplausos do PSD

Protestos do PS

Dai, por exemplo, a aposta na entrada no euro, a qual, iniciada por um governo do PSD, veio, e bem, a concretizar-se no decurso do mandato do anterior executivo socialista.

Mas, na altura, quando este esforço foi iniciado, foi muito criticada a suposta postura de «bom aluno» do nosso País. Aqueles que o faziam não compreenderam o que estava em causa, não vislumbraram que, com essa orientação, se pretendia reforçar a credibilidade da posição nacional, aumentar o peso político do País, incrementar a influência portuguesa.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — . garantir um lugar para Portugal no núcleo duro da construção europeia, assegurar para o nosso País o direito de participar nas grandes decisões sem ter de pedir humildemente e respeitosamente «licença para entrar»

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — E tudo isto sem fazer perigar a permanente intransigente defesa do interesse nacional português.

Mas a lição não me parece ter sido aprendida!

A verdade é que, nos últimos anos, Portugal não tem sabido retirar todas as consequências positivas das posições conquistadas. É que, embora afirmando ser seu objectivo manter Portugal no centro da construção europeia — e nisto estamos de acordo! — o Governo tem, na realidade, abdicado de afirmar posições próprias — e nisto estamos em desacordo! —, antes optando por fazer nossas as propostas dos outros e por assumir como nossa a agenda de prioridades dos outros!

Aplausos do PSD

Porque quando se afirma que Portugal deve estar na primeira linha da Europa, isso não pode querer dizer que o nosso País, na ânsia provinciana de demonstrar o seu europeísmo, assuma como bom aquilo que outros dizem que o é e assuma, como se fosse uma suspeita, a afirmação descomplexada do interesse nacional.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O Orador — O que significa — isso sim! — é que devemos dar o nosso contributo, tendo em conta a própria

leitura que fazemos da situação e apresentar as propostas que consideramos adequadas sem sermos determinados por qualquer complexo de inferioridade europeia.

É, por isso, criticável que nenhuma das prioridades do programa da presidência portuguesa apresentadas corresponda, desde logo e directamente a interesses específicos do nosso País. Vemos, aliás, nas intervenções até agora produzidas, algumas contradições diz o Primeiro-Ministro que a prioridade é o emprego, disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros que a prioridade é o alargamento. Uma coisa é certa neste Governo não é prioritária a coerência e não há uma ideia estratégica clara acerca do que é a defesa do interesse português no contexto europeu.

Aplausos do PSD

Protestos do PS

O Sr José Barros Moura (PS) — Há, sim senhor!

O Orador — Obviamente que não pretendemos dizer que Portugal deva, no decurso da presidência, defender exclusivamente uma agenda nacional.

Mas é estranho que, ao contrário do que sucede com a generalidade dos outros Estados, Portugal não aproveite esta oportunidade para deixar a sua impressão digital na construção europeia e para, determinadamente, avançar com *dossiers* como a agricultura, os fundos estruturais, as regiões ultra-periféricas, as pescas e outros que assumem, neste contexto, relevância particular para o nosso País.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados. Neste momento, a pergunta que a todos nos deve preocupar, aqui, na Assembleia da República portuguesa, é saber qual o peso real de Portugal na balança europeia.

O Sr José Barros Moura (PS) — Qual é a sua opinião?

O Orador — se o País, hoje, conta mais ou conta menos, se a nossa influência está a aumentar ou a diminuir, se, enquanto comunidade nacional, Portugal está a ver alargadas as possibilidades da sua afirmação ou se tende para um qualquer estatuto de irrelevância política, se, nomeadamente, na complexa relação político-económica com Espanha, estamos ou não a sair em desvantagem.

A este propósito, não podemos deixar de nos condicionar por uma perspectiva apenas político-diplomática do peso do País. É importante compreender que as dimensões interna e externa são, hoje, indissociáveis, que o facto de não estarem a se empreendidas as reformas estruturais de que o País carece e que permitiriam o reforço da nossa competitividade, conduz à desaceleração do processo de convergência real, à progressiva perda do peso económico do País e à consequente diminuição do relevo de Portugal no contexto europeu.

Este Governo tem acenado com uma série de questões acessórias que vão do festivo ao meramente conjuntural, como prova do grande prestígio de que Portugal gozaria actualmente.

Mas o acessório não pode fazer-nos esquecer o essencial quando o Governo não consegue garantir a manu-

tenção do único director-geral de que o País dispunha na União Europeia... .

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PS.

O Orador. — . . . o que está verdadeiramente em causa é uma questão de falta de influência que a todos deve preocupar

Quando os candidatos nacionais não conseguem ser escolhidos para o exercício de relevantes funções internacionais europeias, ocorre perguntar onde está, então, o peso português?

Quando se anuncia a não realização da cimeira União Europeia-África, iniciativa a que, desde 1996, o Governo vinha atribuindo a maior prioridade, somos confrontados com mais uma prova de que algo vai mesmo mal!

E não vale a pena ignorar estes indicadores!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — Bem pode vir, agora, o Governo dizer que é o fruto de circunstâncias exógenas, que a derrota não é nossa, mas sim dos africanos. A verdade é que Portugal não está a mostrar-se capaz de sentar à mesma mesa países que, recentemente, participaram em conjunto na cimeira da francofonia.

A verdade é que se corre o risco de vir a ocorrer, na próxima presidência europeia, aquilo que nós não fomos capazes de fazer. A verdade é que Portugal está também a pagar a inexiste ncia, nos últimos anos, de uma coerente política africana

Vozes do PSD — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador: — Já agora, por que razão é que o Governo português, até hoje, não explicou o motivo porque também Moçambique não tem votado com Portugal na Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, fazendo com que Portugal tivesse de recorrer a outros apoios, nessa instância, para assegurar a convocação de uma reunião extraordinária dessa Comissão, a propósito de Timor-Leste?

Não há apenas dificuldades na política europeia, há dificuldades sérias na política africana de Portugal, hoje. E só não vê isto quem não quer ver ou se deixa levar por aquilo que é realmente acessório

Protestos do PS.

São estas, Srs. Deputados, as duras realidades e não as manifestações de *marketing* político que importam. Porque o prestígio e o peso específico do País não se medem pelos elogios que os líderes europeus fazem aos nossos responsáveis políticos. É que esses caem sempre bem, mas saem barato, não custam nada a quem faz esses elogios!

Protestos do PS.

O peso português avalia-se, isso sim, pela capacidade no confronto, com os nossos parceiros, de fazer valer o interesse nacional!

Aplausos do PSD

Sr Presidente, Srs Deputados É verdade que, independentemente das diferenças que surgem em termos de orientação, tem existido entre as principais forças políticas portuguesas um consenso quanto aos grandes objectivos — e sublinho «objectivos» — da política externa

Tem-se, inclusivamente, registado — o que se saúda! — uma alteração em sentido positivo do posicionamento de alguns partidos tradicionalmente mais reticentes ou mais críticos quanto à nossa participação na construção europeia.

Mas o facto de estarmos de acordo quanto aos fins não pode dar lugar, como alguns pretendem, a qualquer tipo de imbição de criticar o modo como a prossecução desses objectivos é feita em cada momento. A visão de Estado, Srs Deputados, não pode ser confundida com qualquer tipo de seguidismo por parte da oposição relativamente à concreta actuação do Executivo.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Muito bem!

O Orador — Antes deve ser encarada como a obrigação que impede sobre a oposição de ser perseverante no que toca à exigência de cumprimento dos objectivos nacionais. Esta é a posição que o PSD considera a mais séria e a mais responsável!

Quando, aqui, hoje, o PSD lança estes avisos, espera que o actual Governo não ceda à tentação de enveredar pelo caminho mais fácil que é o de considerar que esta avaliação resulta apenas de porvir de um partido da oposição. É sincera a nossa preocupação com aquilo que consideramos ser a evolução negativa, para Portugal, de muitos aspectos da construção europeia. E se o Governo quiser ser sincero, é verdade que existem aspectos preocupantes na evolução da construção europeia, não apenas para Portugal, mas para muitos países da nossa dimensão.

Quando Mário Soares e Sá Carneiro, mas também Pinho Balsemão,

Risos do PS

O Sr José Saraiva (PS) — Ah!

O Orador — Rui Machete e muitos outros lutaram pela nossa adesão tinham em vista, não algo a que Portugal se subordinasse, mas um projecto em que participássemos de forma plena e na primeira bancada.

Quando Cavaco Silva conduziu o Governo português nos primeiros 10 anos de integração europeia também não foi essa a perspectiva que nos orientou.

Os alertas que aqui deixamos, Sr. Primeiro-Ministro, não são de quem tem, relativamente à Europa, uma posição negativa ou até uma posição céptica. São feitos com uma convicção europeista profunda e com uma certa ideia de Europa que entendemos de que Portugal não deve abdicar.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Andaria bem o Governo se não subestimasse estas preocupações e se não se imbinisse de fazer tudo aquilo que o interesse nacional requer. Se assim for, pode contar, nesta matéria, com o nosso apoio. Por isso, apesar das críticas, formulamos aqui os nossos sinceros votos de sucesso para a presidência portuguesa.

Mas deixamos também nota da nossa intenção de manter uma constante atitude de vigilância crítica. Esse é o melhor contributo que podemos dar para, simultaneamente, ajudar a construir a Europa e a reforçar o prestígio de Portugal nessa mesma Europa.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr Deputado Durão Barroso, inscreveu-se o Sr Deputado José Barros Moura.

Como o Sr. Deputado Durão Barroso não tem tempo, tem tempo negativo, a Mesa terá de conceder o tempo necessário ao Sr Deputado Durão Barroso.

O Sr Primeiro-Ministro: — Dá-me licença, Sr Presidente?

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Primeiro-Ministro.

O Sr Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, é só para dizer que o Governo terá muito gosto em ceder algum tempo ao Sr. Deputado Durão Barroso.

O Sr Presidente — Muito obrigado, Sr Primeiro-Ministro. Nesse caso, agradeço que diga quanto tempo cede.

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama): — Sr. Presidente, o Governo cederá o tempo necessário para o Sr Deputado Durão Barroso poder chegar a dizer alguma coisa.

Risos do PS

Protestos do PSD

O Sr. António Capucho (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado.

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados, quero apenas referir o seguinte: tive a honra de compartilhar muitos momentos de trabalho político com o Sr. Ministro Jaime Gama, nomeadamente no Governo, e nunca esperei que, da parte dele, pudesse vir uma frase tão deselegante para com a bancada do PSD.

Vozes do PSD — Muito bem!

Vozes do PS — Oh!

O Orador — Penso que se tratou de um deslize, que todos nós podemos ter em intervenções políticas.

O Sr. Arménio Santos (PSD) — Já não é o primeiro!

O Orador — mas seria bonito que o Sr. Ministro retirasse o remoque despropositado.

E, pela nossa parte, é evidente que prescindimos do tempo que o Governo nos quer ceder.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Sr Deputado, fica registado o seu protesto.

A Mesa dará ao Sr Deputado Durão Barroso o tempo necessário para responder.

Para formular o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado José Barros Moura.

O Sr José Barros Moura (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Durão Barroso, V Ex^a «pintou» com cores muito negras a situação actual da União Europeia. Invocou o espectro do directório e anunciou que Portugal estava a perder poder e peso relativo dentro da União Europeia. Porém, V Ex^a não apontou uma única solução,

O Sr Manuel dos Santos (PS) — É o costume!

O Orador — não apresentou uma única proposta concreta para que Portugal pudesse, na União Europeia, fazer face a estes problemas.

Fez-me lembrar aquela personagem de Fradique Mendes, o Pacheco, que dizia «ele há problemas», mas respostas aos problemas, como se esperaria de um líder político, V. Ex^a não deu uma! Guardou de Pacheco o prudente silêncio.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS): — Certo!

O Orador — V. Ex^a anunciou aqui que o Governo recusa, ou recusou, ou teria recusado, a possibilidade de propor um alargamento da agenda da conferência intergovernamental.

V Ex^a não esteve atento ao discurso do Sr Primeiro-Ministro, nem às sucessivas declarações do Sr Primeiro-Ministro e de outros responsáveis do Governo por este dossier. Porque, efectivamente, desse discurso resulta a ideia de que uma agenda redutora, como a que resulta do Tratado de Amesterdão, serve menos e dificulta mais a defesa dos interesses específicos de Portugal.

E o Sr Primeiro-Ministro, não só em entrevistas a órgãos de comunicação social, mas, aqui, apontou temas de alargamento dessa agenda que vão ao encontro da necessidade de contrariar a lógica da pura disputa do poder entre Estados e que vão no sentido de conseguir uma União mais democrática, mais equilibrada e mais coesa, com o reforço da sua união política.

Gostaria de lhe dar uma informação, Sr. Deputado Durão Barroso Moçambique, que, como V Ex^a deve saber, não é uma colónia portuguesa — é um Estado independente —, acabou, no dossier que V Ex^a indicou, por votar a favor precisamente no ponto concreto que V Ex^a referiu.

Por outro lado, Sr Deputado Durão Barroso, V Ex^a falou muito da falta de uma marca portuguesa nesta presidência. Falou muito, mas também não indicou uma única! Atrever-me-ia a perguntar-lhe se V Ex^a, no fundo, sente a falta do «galo de Barcelos».

Risos do PS

Para terminar, V Ex^a não resistiu a utilizar a expressão *leftover* do Tratado de Amsterdão. Gostava também

de lhe desejar *good luck*, mas para o PSD — *PSD will need it!*

Risos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso A Mesa concede-lhe 2 minutos.

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr. Presidente, Sr Deputado José Barros Moura, em primeiro lugar, estranho o facto de me ser dirigida uma pergunta, porque, depois de ouvir o Deputado Manuel dos Santos, eu já me teria suicidado politicamente....

Protestos do PS

... depois da resposta do Sr. Primeiro-Ministro.

Mas vejo que não basta, para contrariarem as minhas opiniões, a opinião do Sr. Primeiro-Ministro e a do Sr. Deputado Manuel dos Santos, tem agora que vir em sua ajuda o Sr Deputado José Barros Moura

Risos do PSD.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Somos uma equipa unida!

O Orador. — Sr Deputado José Barros Moura, as preocupações que eu exprimi são, de facto, sérias, e peço-lhe que as tome no seu devido valor Aliás, pessoas do seu partido, pessoas que conhecem alguma coisa desta matéria, têm também expresso preocupações em sentido semelhante

O ambiente político, hoje, na União Europeia não é o mesmo — digo-o com objectividade — que era há 10 ou 15 anos atrás Isso torna, de certa forma, a tarefa do Governo português mais difícil

O que me surpreendeu — e tenho de criticar — na intervenção do Sr Primeiro-Ministro foi o facto de ele fazer uma intervenção toda ela numa perspectiva europeista da Europa para Portugal e não de Portugal para a Europa

Penso que, no nosso país, continua a existir um problema a que eu já tenho várias vezes chamado o problema do complexo de inferioridade, que é a ideia, que existe em alguns políticos, em alguns jornalistas, em alguns estudiosos, em alguns meios, de que, para sermos europeus, temos de defender a agenda europeia, que os interesses dominantes na Europa dizem ser os interesses politicamente correctos nessa mesma Europa E isto é um erro!

Sr Deputado, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, participei nas chamadas negociações de Joannina, onde tivemos de travar uma luta difícil, que alguns membros da bancada do Governo conhecem, quanto à defesa dos interesses dos pequenos e médios Estados Quando o Sr Primeiro-Ministro hoje aqui diz que não há essa contradição, ele está a mentir!

Protestos do PS

Existe essa contradição! Quando o Sr Primeiro-Ministro pretende falar numa perspectiva global europeia, dissociando-a de interesses diferentes que há na Europa, isto é uma grosseira mistificação!

O problema está em procurar atribuir-se agora uma posição de menor europeísmo àqueles que, como nós, defendem activa e afirmativamente a Europa, mas a partir da nossa própria marca

Na minha intervenção, indiquei algumas das prioridades portuguesas.

O Sr. Presidente. — Sr Deputado, esgotou o seu tempo, pelo que lhe peço que termine

O Orador — Termine já, Sr Presidente

Já tive ocasião de dizer que a questão do emprego, tal como foi formulada pelo Primeiro-Ministro, não é uma prioridade portuguesa, que a questão do alargamento, sem estar acautelado o interesse específico de Portugal, não é uma prioridade portuguesa Seriam uma prioridade portuguesa algumas das matérias que aqui apresentei na minha intervenção

Por isso, faço votos para que estas advertências sejam tomadas em linha de conta e não se caia na tentação fácil de ver isto apenas na dialéctica Governo/oposição

Aplausos do PSD

O Sr Francisco de Assis (PS). — Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado.

O Sr. Francisco de Assis (PS). — Sr. Presidente, sob a forma de interpelação, quero lamentar a forma deselegante como o Sr Deputado Durão Barroso...

Vozes do PSD — Oh!

O Orador — se referiu à intervenção proferida, há pouco, pelo Sr Primeiro-Ministro, deturpando claramente aquilo que por ele foi afirmado

O Sr. Primeiro-Ministro, de forma muito objectiva e clara, reconheceu que há hoje problemas no plano europeu, e a bancada do PS também fez esse reconhecimento. Nós não vivemos no melhor dos mundos possíveis e temos a noção dos problemas

Mas o que estabelece aqui uma linha de demarcação clara entre a intervenção do Sr Primeiro-Ministro e a intervenção do Sr Deputado Durão Barroso é que, face aos problemas, o Governo e o Primeiro-Ministro de Portugal têm um conjunto de soluções, um projecto para a Europa e um projecto para garantir a participação de Portugal na Europa e, contrariamente a isto, o Sr. Deputado Durão Barroso não foi capaz de enunciar uma única ideia, um único problema, uma única solução para esses mesmos problemas.

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço-lhe que termine.

O Orador. — Sr Presidente, terminei dizendo que podemos convergir, de alguma forma, no diagnóstico, mas a diferença é que de um lado há soluções e, pelos vistos, do outro lado há um pessimismo radical e uma incapacidade total de perspectivar soluções.

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Sr Deputado, fica registada a sua interpelação

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Barros Moura

O Sr. José Barros Moura (PS). — Sr. Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr " e Srs. Deputados As prioridades que o Governo definiu para a presidência correspondem à melhor interpretação, dentro das limitações institucionais e políticas existentes, dos interesses do desenvolvimento e reforço da União Europeia e contém mesmo contributos inovadores que revelam o empenhamento português em fazer progredir a unidade política europeia Dispenso-me de detalhar aqui essas prioridades já enunciadas pelo Sr Primeiro-Ministro.

Esta presidência coloca de novo, simbolicamente, Portugal no centro do processo de construção europeia Mas, desta vez, o nosso país superou a fase em que se limitava a reclamar dos seus parceiros especificidades subalternizantes e a exhibir uma postura de bom aluno, que reduzia a sua capacidade negocial e só não conduziu a maus resultados porque à frente da Comissão estava Jacques Delors, para passar a participar, em pé de igualdade, na condução dos assuntos comuns e na definição das linhas políticas para toda a União

A nova postura do Governo português consiste em ganhar, no tratamento solidário das questões comuns, uma autoridade política reforçada para reclamar um tratamento justo para as questões de interesse próprio do nosso país, em aplicação não de uma qualquer especificidade protecionista mas dos próprios princípios gerais dos tratados e das políticas da União Europeia A melhor demonstração dos excelentes resultados desta atitude encontramo-la no acordo alcançado sobre a Agenda 2000, que acautela os interesses de Portugal, como ninguém prognosticava, e em cuja negociação global o Primeiro-Ministro português teve reconhecidamente um papel muito influente

O mesmo aconteceu em muitos outros domínios Um bom exemplo é a definição do emprego e da inovação para todos os Estados-membros como uma prioridade "horizontal" da União Portugal teve aí, e o Conselho Europeu extraordinário de Lisboa deverá confirmá-lo, um papel decisivo.

Também neste domínio o Governo foi criticado pelos expoentes de uma concepção tacanha e obsoleta, segundo a qual o emprego não seria questão nossa, por termos um número oficial baixo de desempregados, o que aconselharia a que só nos ocupássemos em reclamar «fundos» para a nossa «especificidade», o outro nome do atraso para quem é incapaz de reconhecer que o País progrediu muito, também graças ao processo de integração na Europa

Na mesma matriz se filia a oposição declarada ou implícita ao alargamento — e agora também à inclusão a prazo da Turquia —, como forma errada de reclamar um tratamento diferenciado para Portugal, esquecendo a solidariedade de que, a seu tempo, beneficiámos Tais posições isolam Portugal e acabam por só justificar a concessão de migalhas como as que o Governo do PSD recebeu em troca de abdicar da segunda etapa do período de transição agrícola

Portugal realiza-se e defende melhor os seus interesses no centro do processo de integração europeia Isto não significa abdicar da capacidade, incluindo a legada pela História, de desenvolver relações diversificadas no plano internacional, como este Governo vem demonstrando exemplarmente com o Brasil e outros países e regiões, significa apenas que Portugal assume sem complexos a

opção europeia e, nessa comunidade de objectivos e de destino, exerce a fundo, sem se por à margem, todas as prerrogativas

Sr Presidente, Srs Deputados A presidência portuguesa vai decorrer num período singular, em que se multiplicam os sinais e as tentativas preocupantes de alguns para alterar a própria natureza do projecto fundador da União Europeia, fazendo recuar as características e o método comunitários para acentuar os elementos intergovernamentais Ora, estes, ao contrário do que alguns pensam, não garantem a igualdade constitucional entre os Estados e tendem, antes, com perda de solidariedade, a promover um «Directório» dos mais fortes Estados-membros

Esta pressão está, de algum modo, presente nos três temas da agenda da Conferência Intergovernamental Quando se procura ligar o poder de voto dos Estados no Conselho exclusivamente ao seu peso demográfico e mesmo, algumas formulações que, felizmente, parecem abandonadas, ao montante da contribuição de cada um para o orçamento, é esta visão não solidária que vem ao de cima E também quando se pretende compensar a perda de um comissário dos grandes Estados-membros pelo aumento do seu poder de voto no Conselho, com prejuízo da independência que a Comissão deve ter por força do Tratado, única maneira de exercer no interesse comum os seus poderes de iniciativa e de se manter guardião do interesse da União, em vez de, como já vai acontecendo, procurar afinar as suas propostas pelos interesses dos mais fortes e desenvolvidos Estados-membros!

Neste contexto, temos todos de nos preocupar com a preservação e o reforço da capacidade negocial e de intervenção do nosso país, que não passa por exceções ou recuos nacionalistas, mas, como costuma dizer-se, por mais Europa, isto é, pela aplicação mais efectiva dos princípios fundadores supranacionais e pela exigência de mais solidariedade Com efeito, esta União Europeia nem tem as vantagens democráticas e de coesão das estruturas federais, nem assegura plena igualdade, que é suposto ser garantida pelas organizações internacionais clássicas

É por isso que pode fazer sentido avançar com a proposta de uma segunda câmara legislativa, assegurando, através da representação paritária dos Estados, a defesa dos seus interesses fundamentais, a igualdade constitucional e a própria identidade de cada um

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Muito bem!

O Orador — Mas isso implicaria uma reforma muito profunda das actuais competências legislativas do Conselho, porque uma tal Câmara não deveria, duplicando intervenções nacionais, prejudicar o funcionamento eficaz da União

Contra algumas ideias feitas, é preciso chamar a atenção para que o alargamento, seja pelas dimensões da maior parte dos Estados candidatos, seja pela diversificação dos níveis de desenvolvimento que trará à União, é suscetível de contribuir para um reequilíbrio de poderes entre os Estados e, assim, favorecer a capacidade negocial do nosso país Mas claramente se coloca, face ao alargamento, a necessidade de enfrentar o problema das cooperações reforçadas

Evidentemente que carecemos de uma estratégia nacional melhor definida para a integração europeia e que é necessário reforçar a coordenação entre todos os actores pú-

blicos e privados ou associativos com intervenção no processo.

É justo registar aqui a importância do consenso essencial entre os dois maiores partidos portugueses

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Ah!

O Orador. — . sobre as opções da integração europeia de Portugal. Esse bloco europeista deve continuar a ser a espinha dorsal de uma autêntica estratégia nacional, e fazemos votos sinceros de que o PSD, nomeadamente em relação à presidência portuguesa, não ceda à tentação de colocar acima do interesse de Portugal as conveniências táticas da sua oposição ao Governo, tal como o PS não perdeu de vista o interesse nacional durante o longo período em que foi oposição

Do reforço da posição negocial de Portugal faz ainda parte um acompanhamento parlamentar mais efectivo do processo de elaboração dos actos legislativos comunitários, tal como o próprio Tratado prevê. Não é preciso modificar lei alguma para o conseguir, basta aplicar a lei existente. O Grupo Parlamentar do PS apresentará propostas de procedimentos concretos neste domínio

Sr. Presidente, Srs. Deputados Cabe a Portugal iniciar a Conferência Intergovernamental e à França conclui-la. O nosso país pode exercer uma influência importante, tanto na organização e definição do método de trabalho, como na identificação de matérias conexas com as decorrentes do Tratado de Amesterdão, necessárias para assegurar que não haja regressão no método comunitário e, antes, um autêntico reforço da democracia

Poderá ainda propor ao Conselho Europeu o alargamento da agenda, o que terá o maior interesse para assegurar que a reforma do Tratado conduza a um reforço da coesão económica e social. Mas cabe-lhe, sobretudo, imprimir o ritmo inicial aos trabalhos e torná-los compreensíveis pelos cidadãos e pela opinião pública, a fim de que a influência destes se faça sentir

É ainda neste quadro que o compromisso de impulsivar a Carta dos Direitos Fundamentais da União, com vista ao reforço dos seus fundamentos éticos e da sua legitimidade democrática, deveria estar ligado ao objectivo de uma futura constitucionalização desses direitos, através da sua inclusão no Tratado

Desejo, finalmente, que os objectivos do programa da presidência sejam plenamente alcançados. Esse grande êxito, que auguramos ao Governo, será, por certo, um grande êxito para todos nós, para Portugal

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, não há pedidos de esclarecimento

Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados. Este debate tem assumido características curiosas. Diz o PSD ao Primeiro-Ministro: «Meu caro ‘mentiroso’, tenha boa sorte». Responde, perplexo, o PS: «Mas ‘mentirosos’ porquê? se nós e vós somos o consenso europeu!». E, neste estado de ofensas, com pouca authenticidade, o debate revelou que as diferenças entre o PS e o PSD, em matéria europeia, são aquelas que poderíam

mos descobrir em meros erros de tradução do alemão para o inglês numa escola de línguas

Em português, a primeira coisa que quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro é muito simples: bem-vindo a Portugal! E é um extraordinário sinal dos tempos, um extraordinário sinal da deriva das soberanias e do declínio da democracia das instituições, ser necessário que Portugal presida à União Europeia para que o Primeiro-Ministro se digne vir ao Parlamento português, a um debate parlamentar no sentido mais nobre que a expressão pode ter.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Porque, desde que o programa do Governo foi aprovado, a atitude do Primeiro-Ministro é muito simples ou não vem, ou só vem ao que é solene! Debates, é que não debate!

Protestos do PS

Já sei que o Sr. Primeiro-Ministro me diria: «bem, eu faltei menos ao Parlamento do que o meu antecessor!»

A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS) — É verdade!

O Orador — Mas a nós, o que interessa, é que qualquer Primeiro-Ministro de Portugal não se caracterize por faltar menos; mas que se caracterize por se submeter ao escrutínio democrático, que é a missão mais nobre de um Parlamento, de fiscalização da actividade do Governo sempre que necessário. E isso não é, certamente, o que aconteceu desde a aprovação do programa do Governo!

Temos uma outra preocupação: muitos portugueses começam a perceber que o Primeiro-Ministro está muito ocupado com os assuntos externos: a Internacional Socialista, a Terceira Via, a Europa, o Mundo, talvez mesmo o Planeta!

A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS): — Não tenha dúvidas!

O Orador — Mas, se dúvidas restassem, o discurso do Primeiro-Ministro terá começado em Madrid, terminou na Nova Zelândia, mas podia ter sido feito no Parlamento Europeu, seguramente com mais propriedade do que na Assembleia da República, já que falou da sua visão da Europa! O lugar de Portugal no discurso do Primeiro-Ministro foi o lugar mais modesto que alguém poderia ter encontrado!

Começam os portugueses a convencer-se — e nós também! — de que, nesta visão de um primeiro-ministro, que pensa a Europa, pensa o Mundo e a isso dedica o essencial do seu tempo, a gestão zelosa, diligente, dedicada, aplicada dos interesses nacionais parece ficar curta na camisa do Primeiro Ministro! Temos até uma esperança, que é esta: talvez a presidência da União Europeia seja uma espécie de Terceira Via entre a Internacional Socialista, que tanto lhe agrada, e o interesse — exiguo, mas exigente — de Portugal, que tanto o cansa!

Vemos, aliás (e, nessa matéria, não temos dúvidas!), que, nos próximos seis meses, ao Governo de Portugal pode suceder isto: não me parece que tenham governado muito nem bem quando não presidiaram à União Europeia; temo que, presidindo à União Europeia, deixem, de todo em todo, de governar, ou seja, deixem de decidir, deixem

de estudar, deixem de fazer, de decidir as reformas, de estudar os problemas, de fazer as obras!

Além deste risco interno, que é o da inexistência exacta de Governo, dedicaria agora alguma atenção aos factores de enquadramento externo da presidência portuguesa da União Europeia. Sublinharia, em primeiro lugar, a conferência intergovernamental. A equação é conhecida como hão-de funcionar as instituições com mais membros na União Europeia? A nossa resposta à interrogação, que outros partilham mas a que não dão resposta conclusiva, é muito simples: só é possível uma União Europeia com mais Estados-membros desde que o modelo institucional da União Europeia tenha flexibilidade, integração a vários níveis, escolha de políticas que concilie o interesse europeu e os interesses nacionais.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Os fundamentalistas das inevitabilidades europeias respondem de outro modo querem uma conferência intergovernamental rápida e concisa para que, a pretexto do alargamento, se construa o directório dos maiores e a ditadura das maiorias. A esse título, convém recordar, pelo menos, dois dos problemas que estão sobre a mesa: o primeiro é o do propósito da redução do número de comissários, que alguns «sócios» europeus dos dois partidos que aqui se apresentam com um consenso offensivo sobre a Europa pretendem começar obviamente pelos pequenos e médios Estados.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Claro!

O Orador. — E nós perguntamos quando o Governo de Portugal, para 10 milhões de habitantes, tem 60 membros, é aceitável que a Comissão (que não é sequer um governo, embora gostasse de o ser), para centenas de milhões de europeus, possa passar para 40 ou pouco mais membros desse executivo? E caso para dizer que há certas inevitabilidades que não resistem a perguntas óbvias.

Por outro lado, quanto às votações por maioria, a equação colocada é a de como hão-de prosseguir as políticas comuns com tanta gente a chegar à União Europeia. E a resposta, a nosso ver, é bem diversa daquela que o consenso europeu aceita as políticas comuns hão-de prosseguir com a vontade expressa de quem a elas queira aderir, de quem nelas queira participar e esteja disposto a financiá-las. O que não podemos aceitar — e, curiosamente, disso pouco se falou aqui — é que uma rápida e concisa conferência intergovernamental se destine, exclusivamente, a fazer perder o direito de veto dos Estados num conjunto alargado de matérias fundamentais. Porque, para nós, o direito de veto, seja porque existe, seja porque algum dia deva ser usado, é a arma de que dispõem os pequenos e médios Estados para poderem fazer face a vontades maioritárias que pretendem uma obrigação geral à custa da vontade desses pequenos e médios Estados.

De modo que, quanto à conferência intergovernamental, Sr Primeiro-Ministro, mantenha o direito de veto ou esclareça o compromisso do Luxemburgo, mantenha a igualdade jurídica dos Estados na Comissão. Qualquer outra conferência intergovernamental é má para Portugal.

Segundo factor condicionante, o extraordinário caso da integração da Turquia na lista de Estados candidatos à adesão. Julguei que era dado adquirido que o território turco, em grande medida, não fazia parte do continente europeu.

Julguei que, no modelo democrático comum, o respeito pelos direitos fundamentais, o Estado de direito, os princípios da liberdade e da democracia eram pontos indiscutíveis do acervo europeu. E julguei que isso era incompatível ou inconciliável com um Estado que ilegaliza os partidos que vencem as eleições, que restringe a liberdade de expressão, onde é permanente o delito de opinião, que mantém um contencioso internacional sobre Chipre e que, quanto ao problema curdo, prossegue a doutrina nacional que todos conhecemos!

Julguei que o General De Gaulle tinha falado na Europa do Atlântico aos Urais! Não me lembro de o ter ouvido falar na Europa do Atlântico ao Iraque!

Julguei que havia uma doutrina sobre a fronteira exterior da União Europeia, que era uma doutrina naturalmente limitada pela natureza civilizacional dos fundamentos da Europa! Mas agora vejo que o modelo que VV Ex^a aceitam (sem grande convicção, é certo!) não é já o de uma União Europeia com uma certa matriz civilizacional! É uma espécie de Europa tipo «concurso da Eurovisão», onde, como se lembram, para ganhar audiências, até Israel entrava!

Julguei que o artigo 6º do Tratado de Amsterdão era para levar a sério!

Julguei que era absolutamente óbvio que, por razões democráticas, culturais, geográficas, demográficas e económicas, a adesão da Turquia à lista de candidatos à União Europeia era uma aberração! Que isto fique claro, dito pela bancada do CDS-Partido Popular!

Quanto ao alargamento, verificamos um daqueles casos em que, como alguém dizia, sendo a hipocrisia a homenagem que o vício presta à virtude, vivemos num mundo absolutamente hipócrita os Estados-membros e os seus governantes assinam tudo o que pode precipitar o alargamento e, em privado, participam nas orações para que o alargamento aconteça o mais tarde possível.

Por aqui, e com muita clareza, vos digo tudo visto e ponderado, é evidente que a construção europeia tem de incluir o que sucedeu à queda do sinistro Muro de Berlim e é evidente que Portugal, que deve um seguro de liberdade à Europa, não pode negá-la a outros.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Mas não esqueçamos o resto da equação como vai chegar o mesmo orçamento para tantos países novos na União? Há quem defende que todos paguem mais, há quem defende que alguns recebam menos.

De modo que, sem nenhuma hipocrisia sem resposta a esta equação, o que lhe quero dizer, Sr Primeiro-Ministro, é muito simples: alargamento sim, quanto mais tarde melhor, e de preferência restrito e por etapas, não o facilitando, sem prévia salvaguarda dos interesses nacionais.

Quanto à harmonização fiscal, recordando que a democracia nasceu para controlar o lançamento dos tributos e recordando uma discussão recente em que um vosso camarada defendeu o imposto europeu.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Não é verdade!

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Não foi bem assim!

O Orador — que ninguém, no seu bom senso, pareceu desejar ou aceitar, quero apenas dizer o seguinte:

do ponto de vista fiscal, não sabemos com quem é que o Sr Primeiro-Ministro se quer harmonizar, mas creio que é de bom senso recomendar que não se harmonizem com quem paga as mais altas taxas de impostos da Europa e que não estejam à espera do consenso de todos, porque ele não chegará para harmonizarem a política fiscal portuguesa com aqueles que conseguem vantagens bem competitivas para o investimento e, portanto, para a riqueza nacional

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — Aliás, a propósito do emprego, sobre o qual a Terceira Via terá, certamente, inúmeros documentos (mas não creio que nenhuma decisão saia do Conselho que lhe dedicam), vejamos bem apenas estes dois números: na Europa, a pressão fiscal é de 42% da riqueza criada; nos Estados Unidos, é de 28% da riqueza criada. Talvez esteja aqui uma das explicações mais sérias e menos detectadas pela Terceira Via que levam à circunstância de termos, na Europa, o desemprego que temos e de, nos Estados Unidos, os americanos estarem perto de taxas de não desemprego verdadeiramente históricas.

Mas, Sr Primeiro-Ministro, além dos factores que condicionam externamente a presidência, vejamos aquilo que é necessário, do ponto de vista do interesse português, na presidência da União Europeia

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Finalmente!

O Orador: — Em 1992, foi tal o zelo do bom aluno que nós aceitámos e promovemos uma reforma da PAC que só não é de má memória porque sofremos as suas consequências todos os dias. Agora já não há a tese do bom aluno, agora há a tese do mestre europeu. Ou seja, o que o Sr Primeiro-Ministro aqui veio, obviamente, fazer foi o discurso do que um português pode dar, sobretudo na propaganda, à Europa, mas nenhum de nós ficou a saber o que é que um português fica a ganhar com a sua presidência da União Europeia

E, nesta matéria, Sr Primeiro-Ministro, não nos interessa nada saber o que o *Le Monde* dirá da sua presidência europeia, interessa-nos saber se um agricultor português ficou a ganhar com ela, se um pescador português ficou a ganhar com ela, se um industrial português ficou a ganhar com ela, se um comerciante português ficou a ganhar com ela, se um trabalhador português ficou a ganhar com ela!

Aplausos do CDS-PP

De resto, Sr. Primeiro-Ministro, deixo-lhe três interrogações muito breves para mim, uma presidência de sucesso

O Sr. Presidente — Sr Deputado, peço-lhe que abrevie porque já ultrapassou o tempo de que dispunha.

O Orador — Terminarei, Sr Presidente, mas peço-lhe alguma tolerância

O Sr Presidente — Já está a tê-la, Sr Deputado.

O Orador — Sr Primeiro-Ministro, Portugal tem interesses objectivos, muito concretos e muito práticos, a defender nos próximos seis meses

Em primeiro lugar, no ano 2000, estão previstas alterações na alta administração da Comissão Europeia: há direcções-gerais que vão vagar, há direcções-gerais que vão ser reorganizadas

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Outra vez?! V. Ex.^a só pensa nisso!

O Orador — V. Ex.^a tem a estrita obrigação de conseguir para Portugal, nos próximos seis meses, um director-geral da União Europeia, pois essa é a única forma de limpar a face do fracasso da candidatura à Direcção-Geral da Agricultura!

Aplausos do CDS-PP

Em segundo lugar, Portugal é vítima de um inconcebível embargo à sua carne de bovino. Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a tem a estrita obrigação de, como Presidente da União Europeia, conseguir que seja levantado o embargo à carne portuguesa, como é de justiça que aconteça!

Aplausos do CDS-PP

Em terceiro lugar, Sr Primeiro-Ministro, a situação das pescas é, como sabe, muito difícil. Por causa da política comum de pescas, está suspensa a possibilidade de pescarmos em Marrocos, por causa da política comum de pescas, não tem sido devidamente aproveitada uma oportunidade de pesca que muda consideravelmente a situação das coisas, nomeadamente na Gronelândia. V. Ex.^a, na sua presidência da União Europeia, uma de duas ou consegue terminar o novo acordo entre Marrocos e a Europa ou consegue renegociar ou obter o mandato para renegociar o acordo com a Gronelândia, o qual termina no final do ano!

De modo que, como prevenir é melhor do que remediar, aqui lhe deixo, Sr Primeiro-Ministro

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado.

O Orador — Vou terminar, Sr Presidente, sem abusar da sua paciência

Como estava a dizer, Sr. Primeiro-Ministro, aqui lhe deixo três desafios muito concretos um director-geral para Portugal, fim do embargo à carne portuguesa, novas oportunidades de pesca. Isto já não era nada mau, embora conceda que seriam os portugueses a aplaudir-lo e não os seus colegas da Terceira Via a olhá-lo com tanta admiração

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Srs Deputados, não devem formular pedidos de esclarecimento quando a pessoa a quem os dirigem já não tem tempo para responder. É um mau princípio, porque desse modo a Mesa tem de estar constantemente a fazer concessões de tempo para lá dos tempos regulamentares.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Francisco de Assis

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, os senhores vinham defenden-

do, há algum tempo, a tese da inibição do Sr Primeiro-Ministro de viajar pela Europa e pelo mundo..

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não!

O Orador. — e agora acrescentaram a essa a tese do impedimento de o Sr. Primeiro-Ministro ter um pensamento sobre as questões europeias

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não!

O Orador — Compreendo a razão por que o Sr Deputado tem tanto receio do pensamento europeu do Sr. Primeiro-Ministro. é que o Sr Deputado revelou que não tem qualquer pensamento para a Europa Isto é que é, de facto, estranho e é o dado mais saliente da prestação que acabou de realizar O Sr. Deputado limitou-se a enunciar um discurso pessimista, crítico e até melancólico em relação à Europa, mas um discurso desprovido de ambição e de qualquer componente projectiva, um discurso que não aponta para nenhum designio para a Europa nos próximos anos e nas próximas décadas

Portugal tem hoje a responsabilidade, num momento particularmente delicado, de assumir a presidência da União Europeia A União Europeia é, provavelmente, neste momento, a última grande utopia de carácter político que está ao alcance das gerações presentes concretizarem

Esgotadas as grandes utopias ideológicas que marcaram o final do século, temos hoje uma utopia política que, felizmente, não assenta em qualquer fatalismo histórico e não está a ser construída em função de uma lógica vanguardista e de um princípio construtivista, mas está a ser construída em função de vontades, de projectos e de ideias que vão sendo apresentadas pelos vários Estados-membros e pelos vários governos

O que seria inaceitável era que o Governo português não tivesse uma visão para a Europa, limitando-se a ter uma espécie de caderno reivindicativo, porque isso apenas salientaria um carácter paroquial, periférico e subalterno de Portugal, do Governo português e da sociedade portuguesa

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — Esta parece-me ser, aliás, a grande linha de distinção entre a posição do Governo e do PS e a posição dos partidos situados à nossa direita e, muito particularmente, a posição do PP É que nós pensamos que ter uma posição portuguesa sobre a Europa significa incorporar as preocupações legítimas de Portugal na elaboração de um projecto global para a Europa. Quando falamos da Europa que queremos, também estamos a falar do papel que queremos ter enquanto País nessa mesma Europa Os senhores entendem, ao contrário, que deve haver um pensamento global sobre a Europa — que, de resto, não são capazes de enunciar, o que também é um dos dados relevantes deste debate — e que, depois, a partir desse projecto global da Europa, deve haver uma espécie de apêndice supletivo, que consistiria justamente num caderno reivindicativo de Portugal É a diferença entre quem pensa e age em consonância com esse pensamento de que Portugal deve estar no centro do processo de construção europeia e deve assumir todas as responsabilidades daí resultantes e quem, pelo contrá-

rio, continua filiado numa ideia de um País periférico, paroquial e condenado a um estatuto de subalternidade para todo o sempre

Eis uma diferença que este debate tornou clara e eis uma diferença que importa aprofundar!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas, a quem a Mesa concede 2 minutos Agradecia que se limitasse a esses 2 minutos, Sr Deputado

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Deputado Francisco Assis, agradeço o atestado de acefalia europeia que nos passou com aquela tentação de ser o juiz certificador do bom pensamento, mas estou tão esmagado com o vosso pensamento expresso em alemão e com os subsídios que recebem em inglês que, verdadeiramente, basta e, por mim, já chega, lembrar algumas coisas que o cidadão que nos elegeu pergunta sera que usaremos a presidência portuguesa para deixarmos de ter embargo à carne portuguesa? Será que usaremos a presidência portuguesa para darmos novas oportunidades à pesca? Será que usaremos a presidência portuguesa para termos um director-geral?

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Que crime dizer isso!

O Orador — É que, Sr Deputado Francisco Assis, parece que é crime perguntar isto, parece que é crime pedir isto, e isto é apenas o mínimo!

O Sr José Barros Moura (PS) — Isso é demagogia!

O Orador — Mas fique sabendo, Sr Deputado, que isto, para nós, é o mínimo que um Governo de Portugal, tendo oportunidade de presidir à União Europeia, pode reclamar e trazer aqui como factores positivos para a nossa própria agenda europeia

Há ainda dois pontos que gostava de referir na minha resposta Em primeiro lugar, há, realmente, um outro modelo de construção europeia Aliás, pareceu-me até notar numa entrevista do Sr Secretário de Estado dos Assuntos Europeus — que é diplomata e que, portanto, protege a profissão dele, e bem, porque sem Nações não haverá diplomacias — que ele concordava com alguns sinais de flexibilidade na construção europeia e esse é que é o conceito-chave face à evolução para o directório, e para a mini-conferência intergovernamental para acabar com o voto e com os comissários dos Estados pequenos, que é o que, para alguns, está em causa.

De todo o modo, sobre a utopia e o carácter, vou dizer-lhe uma coisa, até porque aí esperava de si outra capacidade de reflexão, sobretudo de si Eu não acredito que, em consciência e em convicção, esteja cómodo com a integração da Turquia na lista de candidatos à União Europeia Isto a propósito de utopia e a propósito de carácter

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

O Sr. Honório Novo (PCP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr^o e Srs Deputados O programa da presidência portuguesa da União Europeia limita-se a reproduzir objectivos e orientações já conhecidas e a indicar a disposição do Governo português para realizar uma mera gestão bem comportada dos *dossiers* que recebeu e que pretende entregar sem introdução, leve que seja, de uma marca própria que pudesse vir a reflectir uma forma autónoma e nacional de encarar e influenciar a integração europeia

A presidência da União Europeia deveria constituir um momento privilegiado para Portugal influenciar o conteúdo e a marcha dos *dossiers* em agenda política Deveria ser o momento privilegiado para lançar iniciativas políticas próprias e inovadoras que, interessando a Portugal, pudessem igualmente aglutinar o consenso comunitário Nada disto se passa com o programa da presidência portuguesa

O Governo português tinha, em tempos, enunciado como objectivo da sua presidência a realização de uma cimeira entre a União Europeia e África Infelizmente, tal cimeira parece estar comprometida e nem sequer consta do programa oficial da presidência portuguesa Pela nossa parte, consideramos desejável que se desenvolvam todos os esforços para que ela se possa ainda concretizar, respeitando regras estabelecidas e impedindo exclusões ou marginalizações de qualquer tipo Não é aceitável que o Governo português pareça desistir da sua concretização, «entregue de bandeja» a realização da cimeira entre a União Europeia e África à presidência francesa e perca, assim, uma oportunidade única para reforçar o diálogo e a cooperação com os africanos

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador. — A sua não concretização será também uma oportunidade perdida que nem sequer o previsível acordo para a reforma da Convenção de Lomé, já em fase avançada, poderá fazer esquecer

Sr Presidente, Srs Deputados O Governo português afirma ir fazer avançar o *dossier* relativo ao alargamento da União Europeia É uma prioridade anunciada, prioridade que também foi de sucessivas presidências há mais de dois anos, embora, desde Helsínquia, tenha passado a incluir também como candidato a Turquia Ao contrário de outros, não são razões xenófobas que nos fazem colocar objecções à aceitação desta candidatura Perante a recente condenação à morte de um líder curdo e perante a manutenção do encarceramento de um Prémio Sakharov do Parlamento Europeu, o mínimo que poderemos afirmar é que se trata de um mero exercício de hipocrisia a aceitação da Turquia como candidato à adesão à União Europeia

Se é certo que, em relação à totalidade das outras candidaturas, não colocamos qualquer objecção de índole política — é uma questão que apenas compete aos respectivos povos decidir sem interferências externas —, também não é menos correcto dizer que o alargamento não deve ser feito de forma voluntarista, sem medir nem avaliar consequências e/ou impactos económicos e sociais, tanto nos actuais Estados-membros como nos próprios países candidatos Não estão feitas, Sr Primeiro-Ministro, avaliações credíveis sobre esses impactos económicos e sociais Consequentemente, não estão nem poderiam estar minimamente definidos os períodos de transição necessários para a concretização das diferentes adesões, tal como

nada está avaliado quanto às necessidades financeiras que permitam compensar e minimizar esses impactos, seja nos actuais, seja nos futuros Estados-membros

Neste contexto, sabe-se apenas — isso sabe-se — que Portugal pode ser o País mais prejudicado da União Europeia Mas nem este facto pareceu motivar de forma especial o Governo português para considerar como prioritário, na sua presidência, a necessidade de mandar proceder a estudos e avaliações rigorosas e independentes de impactos e a tentar influenciar o reforço, no futuro próximo, dos fundos estruturais e de outros meios financeiros capazes de assegurar a manutenção da coesão económica e social, ao que julgamos — embora pareça estar esquecido no discurso oficial —, ainda objectivo fundamental da União Europeia

Sr Presidente, Srs Deputados Ligada com a questão do alargamento está a revisão do Tratado da União Europeia através de uma nova conferência intergovernamental, decidida há quase um ano e a iniciar durante a presidência portuguesa Trata-se, claro está, de uma prioridade, se bem que não há muito tempo tivesse sido intenção do Governo — pelos vistos, também frustrada — adiar tanto quanto possível o seu início As orientações previstas para essa conferência não prefiguram nada de bom para Portugal e para os países menos desenvolvidos e menos populosos da União Europeia

Para o PCP, não será aceitável que a Comissão não tenha representação de todos os Estados, que a presidência da União Europeia abandone o princípio da rotatividade e que a língua portuguesa possa ficar à porta das instituições comunitárias Mas para o PCP também não pode ser aceite que haja uma reponderação de votos no Conselho ou uma dupla reponderação através dos votos do Parlamento Europeu no processo de co-decisão, que seja retirada a capacidade de utilização do direito de veto ou que matérias institucionais, estruturantes ou actualmente do domínio intergovernamental possam passar a ser decididas por maioria qualificada

Não há razão nem argumentos — nem sequer os de uma pretensa eficácia — para se proceder a alterações do actual modelo institucional Alterações do tipo das enunciadas poderão interessar a alguns, mas poderão também fazer regredir ainda mais a capacidade de intervenção de que Portugal ainda dispõe no processo decisório da União Europeia

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Também os objectivos reiterados no programa da presidência portuguesa sobre o futuro da Política Externa e de Segurança Comum nos levantam profundas inquietações e motivam fundamentada oposição.

Não se trata apenas da eventual «comunitarização» de uma política que deveria permanecer e conservar-se no domínio intergovernamental Trata-se também do avançar de um conceito militarista para a União Europeia, que nos merece o mais vivo repúdio Trata-se de dar cobertura a uma indústria armamentista que procura impor-se e impor-nos orientações, sob falsos pretextos ou ameaças fantasmagóricas

Não se fala em desarmar, nem se fala em diálogo ou em cooperação, fala-se em criar comandos militares únicos, em criar embriões de hipotéticos exércitos europeus que apenas serviriam a estratégia dominadora de alguns mais poderosos — entre os quais alguns que até nem per-

tencem à União Europeia — e que passariam a agir a seu bel-prazer, embora em nome de todos e, pretensamente, em nome do interesse geral

Esta não será, definitivamente, uma União Europeia que se quer e se deseja de paz e de cooperação com todos os povos.

Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Em Março, realiza-se uma cimeira extraordinária a que a presidência portuguesa confere estatuto especial. Há quem diga que, mais do que uma iniciativa da presidência portuguesa, esta é uma insistência pessoal do Presidente do Conselho da União Europeia, em exercício, que assim revela, mais uma vez, a sua especial vocação para marcar pontos na cena internacional e para mediar conflitos entre personalidades da sua família política.

Tal cimeira, no fundo, repete iniciativas idênticas às que têm acompanhado todas as presidências desde há anos a esta parte e cujos resultados práticos se continuam a saldar por muita retórica e quase total ausência de medidas concretas. Enquanto isso, o desemprego na União Europeia permanece com valores insustentáveis e a pobreza e a exclusão continuam com níveis inadmissíveis.

Anuncia-se a elaboração de uma carta dos direitos fundamentais. Trata-se de mais uma proposta em trânsito, de contornos pouco precisos, com um desenvolvimento pouco claro, seja do ponto de vista dos conteúdos, seja pelas suas eventuais implicações institucionais. No entanto, seria bom que nela se viesse a consagrar o direito ao emprego como um direito básico da pessoa humana e o objectivo do pleno emprego como prioridade central das políticas económicas.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Para diminuir o desemprego, a pobreza e a exclusão social, a cimeira de Lisboa teria de ser capaz de abandonar os discursos circunstanciais, deveria elaborar medidas concretas e visíveis destinadas a combater e a erradicar estes flagelos sociais, deveria relançar objectivos de coesão social e de convergência real nos salários, na estabilização e qualificação do emprego com direitos, nos níveis de vida e na elevação dos demais direitos dos trabalhadores e dos cidadãos da União Europeia.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Mas de boas intenções está o inferno cheio. E ainda que fosse desejável que nesta cimeira se procedesse a uma alteração sensível nas orientações económicas e políticas, suscitam-nos as maiores dúvidas os seus resultados, já que, desta vez, nem sequer uma palavra é dita sobre investimentos públicos objectivos, como é o caso das famosas redes transeuropeias, cujos reflexos no emprego seriam certamente positivos.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Como dissemos, a presidência portuguesa enuncia prioridades que constituem, no fundamental, a sequência de orientações que a precederam e lhe sucederão.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — Sugeria um pouco mais de benevolência, Sr Presidente

O Sr Presidente — Já está a ter alguma, Sr Deputado. Faça favor de continuar

O Orador — Como dissemos também, a presidência portuguesa parece abandonar algumas iniciativas que tinha anunciado como suas. Mas, simultaneamente, a presidência portuguesa não coloca como objectivos centrais algumas iniciativas que, interessando a Portugal, mas não só, interessariam certamente os europeus, na medida em que traduziriam preocupações de coesão, de solidariedade e de convergência real.

Não seria a presidência portuguesa o momento adequado para propor iniciativas políticas que permitissem rediscutir e redefinir algumas das orientações que têm marcado certas políticas comuns e cujas consequências para países como Portugal se têm revelado particularmente negativas?

Não seria este o momento para propor alterações sensíveis em matéria de política agrícola ou de pescas — como é o caso da justiça orçamental para com as produções mediterrânicas ou sobre o futuro da zona exclusiva para a actividade piscatória — que permitissem a salvaguarda de especificidades nacionais diferenciadas?

Não seria este o momento certo para que se tomassem iniciativas prioritárias destinadas a acompanhar e a influenciar as negociações da Organização Mundial do Comércio?

Não seria este o momento adequado para que a presidência portuguesa colocasse na ordem do dia das prioridades a definição urgente dos sistemas de apoio permanente às regiões ultraperiféricas, tal como, aliás, prevê o actual Tratado da União Europeia?

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Está no Programa do Governo!

O Orador — Não seria este o momento para colocar na agenda política a revisão de orientações económicas que se têm traduzido pela desarticulação de sectores produtivos — caso dos têxteis e da construção naval, entre outros — essenciais aos países mais pobres da União Europeia, entre os quais Portugal?

Sr Primeiro-Ministro, Sr. e Srs Deputados. Estes seriam objectivos essenciais que o Governo português não quis colocar na agenda da sua presidência.

Até parece que não interessam a Portugal!

Até parece que não interessam aos europeus!

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr. e Srs Deputados. A República Portuguesa também assume neste semestre a presidência da União da Europa Ocidental. E assume a presidência da União da Europa Ocidental quando a União Europeia parece despertar de uma infinda letargia em matéria de defesa própria.

A questão do Kosovo foi apenas o despertador mais estridente para esse levantar de forças que agita, sobretudo, as principais potências europeias. Tive, aliás, a oportunidade de chamar a atenção para o critério militar na construção europeia numa conferência proferida no Insti-

tuto de Altos Estudos Militares, em 1996, quando tudo se poderia fazer com tempo

Os novos elementos constituídos pela flexibilização da Política Externa e de Segurança Comum no Tratado de Amesterdão, pela introdução da zona euro e por uma nova postura da Grã-Bretanha em matéria de defesa europeia tornam a presidência portuguesa sensível ao voluntarismo da ocasião a que Xavier Solana empresta os créditos dos seu protagonismo pessoal e multi-institucional

Sr Presidente, verifica-se que as futuras competências em matéria de política de defesa comum, como previstas a desenvolver pelos Conselhos Europeus de Colónia e de Helsínquia, ficam concentradas no Conselho de Ministros, em especial no Conselho de Ministros dos Assuntos Gerais, em que passará também a sentar-se o Ministro da Defesa. Também se hão-de criar dois órgãos para ajuda ao Conselho e ao «Sr. PESC», que acunula com o cargo de Secretário-Geral da União da Europa Ocidental

Porém, nenhuma palavra é dita — e é essa a razão da minha intervenção —, quer nas conclusões da presidência finlandesa, quer nos relatórios da presidência do Conselho Europeu de Helsínquia, sobre o papel dos parlamentos na fiscalização da política de defesa comum

Ora, a manutenção da fiscalização parlamentar das matérias respeitantes à política de defesa comum é uma matéria muito sensível que, creio, nos importa a todos sublinhar

Sem querer beliscar o Parlamento Europeu, é óbvio que este, por si só, e por várias razões, não está em condições de preencher este papel. E não se pode ser mais exigente em termos de direito internacional e menos cuidadoso em termos de fiscalização parlamentar dos actos relacionados com a política de defesa comum. Dito de outro modo, não se pode ser menos legalista no plano interno do que se pretende ser no plano externo. Haverá, pois, que garantir o controlo democrático e parlamentar da futura política europeia de defesa comum

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Neste momento, esta é a minha principal preocupação como Deputado e como presidente da delegação da Assembleia da República à Assembleia da União da Europa Ocidental. Esta, na medida das suas possibilidades, tem vindo a assegurar alguma participação parlamentar nestas matérias e não se pode encarar a sua extinção antes de uma clara consagração no Tratado da União Europeia do acompanhamento parlamentar da política de defesa comum.

Nesta fase inicial do processo de integração da União da Europa Ocidental na União Europeia, não se pode perder de vista esta questão da legitimidade parlamentar, quiçá a ser plasmada juridicamente na futura CIG/2000 por proposta do Governo português, como, aliás, pode ser uma das suas competências nesta matéria.

Não se trata, claro está, de consagrar o que já está consagrado, ou seja, o papel de cada parlamento nacional em matérias de defesa e de política militar. Trata-se, isso sim, de encontrar fórmulas que permitam a fiscalização parlamentar conjunta dos Estados que, numa base voluntária, venham a levantar essa força de reacção rápida estimada em 60 000 homens para o ano 2003. Poderá ser a COSAC, caso esta tivesse algum poder. Poderá ser uma delegação dos parlamentos nacionais, a exemplo do que acontece hoje com a Assembleia da União da Europa Ocidental. Deverá

ser o papel de um futuro senado em conjunto com o Parlamento Europeu. Mais tarde, claro está.

Muitas são as hipóteses a considerar para se garantir a fiscalização parlamentar da PESC e da Defesa Comum. A omissão desta fiscalização é que é inadmissível.

Sr Presidente, muito haveria a dizer sobre a nossa presidência. O que aqui fica é apenas o acentuar de um só problema:

Tenho a certeza de que o actual Governo português presidido por António Guterres saberá tratar convenientemente desta questão. Saberá tratar desta e de outras questões. Tudo aponta para a excelência da presidência portuguesa.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Está ainda inscrito, para intervir, o Sr Deputado José Vera Jardim. Não sei se quer usar da palavra

O Sr José Vera Jardim (PS). — Prescindo, Sr Presidente

O Sr Presidente — Sendo assim, vamos passar à fase de encerramento do debate.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — A presidência portuguesa tem sido anunciada como um momento feliz da nossa vida. Tudo o que de importante vai ser discutido fica para deliberação final posterior, como a reforma institucional que é passada para a presidência francesa, e tudo o que de importante já tem vindo a ser discutido está justificadamente bloqueado, como é o caso da harmonização fiscal pela pressão da City londrina.

É esta situação que permite ao Governo optar pela estratégia duvidosa que hoje aqui nos apresentou e que, Sr Primeiro-Ministro, se parece muito com a ideia de multiplicar a agenda da presidência, tão próxima daquela experimentada táctica do Esteves do «tudo ao molho e fé em Deus». Temos a segurança e o exército europeu, mais os *dossiers* pendentes, mais a cimeira do emprego, mais o alargamento, mais os prolegómenos da «ronda do milénio». Temos de tudo.

Mas, tendo de tudo, não temos nada, porque não temos prioridades e não temos estratégia. As prioridades e a estratégia, aliás, diluem-se no reconhecimento do fracasso ou no discurso abstrato. Cito, por exemplo, da pág. 17 do programa de trabalho da presidência portuguesa da União Europeia, que nos foi hoje distribuído, uma declaração notável, de entre várias que dele constam, de acordo com a qual «Uma segunda prioridade consiste no impulsionar da implementação dos compromissos assumidos pela União Europeia ()». Que «compromissos» são estes cuja «implementação» tem de ser «impulsionada», largos anos depois de terem sido assumidos?

A língua-de-trapos — e preocupo-me mais com a língua-de-trapos, porque esta não serve a Europa, que, em contrapartida, precisa de clareza — é provavelmente mais importante neste contexto do que as preocupações com o inglês que alguns Deputados, que, entretanto, debandaram, aqui vieram manifestar.

Ora, para fugir a estes lugares-comuns da irresponsabilidade, o Bloco de Esquerda considera que, no con-

texto da tarefa tão importante da presidência portuguesa, há três questões prioritárias

Em primeiro lugar, a Europa precisa de um documento «fundacional», que estatua os direitos e os deveres da cidadania. Não basta um ou outro voto de intenções a Europa desconfia da União Europeia e provou-o, aliás, em sucessivas eleições. Uma carta dos direitos das e dos cidadãos europeus, das nações e dos povos é essencial, para começar, aí, o processo de concertação, que tem sido viabilizado e privatizado pelo negócio, pelos banqueiros e pelas polícias, os únicos poderes agora efectivamente coordenados, e até para negociar o alargamento

Em segundo lugar, a Europa deve reclamar-se como um lugar de paz, como uma Casa comum. É por falta disso que os efeitos sinistros do militarismo e do extermínio, que emergem da adesão ao novo conceito da NATO e à criação gémea de novos instrumentos militares regionais, se estendem agora, como no caso do cão de Pavlov, à aceitação vergonhosa do conceito de «pátio traseiro» que permite à Rússia o bombardeamento da Chechénia. A presidência portuguesa envergonhar-se-á se continuar a política europeia de recusa de participação activa no esforço da intermediação e da solução pacífica do conflito.

Em terceiro, e último, lugar, é preciso salvar a Europa do fosso da desigualdade, combatendo o desemprego e a perda de cidadania e de democracia, que a exclusão fundamenta. É que, em nossa opinião, mesmo nas idas às feiras, dever-se-ia perceber que a questão do emprego e do desemprego é decisiva para Portugal.

Ora, para isso, são precisas duas ordens de políticas. São precisas políticas mais coordenadas e mais efectivas em toda a Europa: programas de desenvolvimento das indústrias de comunicação e de informação, de transportes, de educação e outros, financiados por emissão de dívida e por aumento do orçamento e que permitem reduzir o horário de trabalho e a idade das reformas. Aliás, se não deliberar nesta matéria, a cimeira de Março estará condenada ao fracasso piedoso, que é o mais triste de todos os fracassos.

Mas há uma segunda dimensão de políticas necessárias — e com isso termino —, que será certamente discutida na contra-cimeira a que o Bloco de Esquerda se associa e que se traduz no seguinte: é que não haverá políticas nacionais de desenvolvimento dos países com menor rendimento *per capita*, caso estes não obtenham maiores margens de manobra e de decisão. E isso é decisivo para Portugal.

Este é o contexto incontornável da revisão do Tratado de Amsterdão. Como é fácil de avaliar, nem sempre a melhor política para a Europa é a melhor política para Portugal. Por exemplo, durante os últimos anos, Portugal precisava de taxas de juro mais altas e de uma política cambial própria para evitar o disparo do consumo, das importações e do sobreendividamento, mas a Europa precisava de taxas de juro mais baixas para não destroçar o tímido crescimento que tem vindo a conhecer.

A Europa precisa, agora, de crescimento e de emprego, precisa de paz e precisa de se reconhecer numa carta europeia de fundação.

Sr Primeiro-Ministro, é com estes três critérios que avaliaremos se, como disse na sua intervenção inicial, há ou não boas ideias para evitar aquilo a que chamou o «céu de boas ideias e de realidades infernais» na terra e, portanto, se o que nos pediu e anunciou, que é «visão, estratégia e projecto», existiu neste contexto.

Com a presidência portuguesa, tem o Governo seis meses para merecer a Europa.

O Sr Luís Fazenda (BE) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados O debate sobre a presidência portuguesa terminou sem que o Governo tivesse provado quais as prioridades que o movem.

Há um conjunto de boas intenções e uma panóplia de propostas, mas não há hierarquia, nem definição de metas, o que significa que estamos perante uma manta de retalhos, porventura bem intencionada, mas de cujo resultado muito se pode temer.

Falou-se da necessidade de uma visão, de uma estratégia e de um projecto para a Europa. Estamos plenamente de acordo em que essa visão, essa estratégia e esse projecto, hoje, não existem e que fazem falta. Mas, seguramente, essa visão, essa estratégia e esse projecto significam, hoje, pensar diferentemente o planeta, significam ter em conta os novos problemas que a revolução tecnológica trouxe, significam pensar diferentemente o trabalho e a sua partilha, significam encarar sem tibiezias os problemas do desemprego, da crise ecológica e da exclusão, que cada vez mais deixam atomizados cidadãos neste continente.

Ora, perante a necessidade de responder e de pensar diferentemente a Europa — a Europa enquanto espaço de cidadania dos que nela vivem e trabalham, os europeus e os imigrantes que aqui se encontram, a Europa enquanto espaço que necessita de criar emprego, mas emprego com direitos e respeito ambiental, a Europa que precisa de inovação como região para competir com outras regiões económicas no planeta —, a verdade é que essa necessidade não foi traduzida de forma precisa naquilo que é a agenda portuguesa.

Seattle veio demonstrar que há fortes movimentos de opinião, não só na Europa mas em todo o planeta, reclamando que as decisões da Conferência do Rio sejam levadas à prática. Movimentos de opinião dos consumidores, de mulheres e de várias religiões que reclamam uma nova ética, uma nova forma de pensar o futuro. Ora, esse futuro também não aparece traduzido com clareza nesta agenda, que, todavia, procurou dar a imagem de uma inovação que não se vislumbra em questões tão importantes como é, hoje, a de uma produção diferente na Europa, uma produção que permita tratar diferentemente os problemas dos resíduos, uma produção que permita, hoje, dar segurança alimentar na Europa, não a fazendo depender do exterior e não colocando os seus cidadãos em risco permanente, como hoje acontece. Reclama-se, pois, uma outra forma de conceber a Europa que permita pensar diferentemente a segurança, as trocas, a cooperação com o mundo e o seu próprio espaço.

Não nos parece que esta seja a agenda que responde ao futuro, com diferentes paradigmas e capaz de pensar diferentemente o planeta.

Não é tão-pouco mais Europa a marca de mais Portugal. E a prova disso são os *dossiers* essenciais que aparecem numa enorme amálgama, todos tratados de uma forma imprecisa. Portugal não soube liderar e preparar,

de entre aquilo que é da sua competência e da sua responsabilidade, os *dossiers* para enfrentar aqueles que não são seguramente desafios fáceis. Os desafios que estão colocados em relação às alterações climáticas, os desafios que estão colocados em relação à segurança alimentar, que não se decreta, pois tem de se trabalhar para ela, os desafios que têm a ver com a bio-segurança, os desafios que continuam persistentemente a pesar sobre a Europa, o desafio sobre a defesa dos nossos mares, deixaram de ser debatidos, em Portugal, após a realização da Expo 98.

Estas são, seguramente, algumas das coisas que gostaríamos de ter visto serem discutidas com precisão. E o sentido da mudança radical, da inovação e de pensar a segurança de forma diferente, que não numa óptica estritamente assente, como se pretende, nas armas, é uma inovação que não existe e é esse futuro que hoje, constatamos, continua por preparar.

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo: Não resisto a dizer ao Dr Francisco Louçã que, nunca o tendo encontrado numa feira, fiquei hoje a saber, em todo o caso, que há uma nova instituição que ganha com a sua frequência, que é uma contra-cimeira.

Risos do CDS-PP

De modo que lhe desejo a melhor sorte para essa contra-cimeira!

Apenas o que digo sobre o emprego é que só vejo, como se dizia numa velha canção francesa, «palavras, palavras, palavras!». Nessa matéria, relativa à cimeira do emprego, ainda não consegui perceber como é que a Terceira Via ..

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — A canção é italiana!

O Orador: — Francesa!

O Sr Primeiro-Ministro — «Parole, parole ..»!

O Orador — Estou a referir-me à nacionalidade de quem a cantava.

Voltando ao que estava a dizer, ainda não consegui perceber como é que a Terceira Via consegue resolver, para além das «palavras, palavras, palavras», o problema dos 18 milhões de desempregados, o que põe em causa o modelo social europeu, que, creio, qualquer pessoa de bom senso quer reformar para poder proteger, no quadro de uma globalização que nessa matéria é muito insatisfatória.

Ora, deste debate, não ficámos a perceber, em primeiro lugar, se o Governo português aceita a redução do voto, enquanto direito dos pequenos e médios Estados, e até suspeito que partilha de uma teoria assaz incorrecta, segundo a qual o voto não é necessário.

Depois, não percebi a convicção do Governo português neste facto, que para nós é preocupante e que, penso,

também entre nós, devia merecer a perplexidade e interrogação. É que eu tenho lido que muita gente está preocupada, na União Europeia, com esse extraordinário «salto», sem qualquer debate digno desse nome, da Turquia, do lado de fora da lista dos países candidatos à adesão, para o lado de dentro da lista dos países candidatos à adesão. É, em todo o caso, uma considerável diferença. Suponho que os americanos ficaram satisfeitos, mas não percebo qual é a razão essencial para os europeus ficarem contentes.

Relativamente ao alargamento, não percebi se a vossa tese verdadeira é a oficial, ou seja, precipite-se, ou se é a oficiosa, isto é, espere-se. Aguardo que o realismo, que é próprio dos conservadores, e até um certo pessimismo, que nos evita o preço de certas ilusões, vos incline para a tese da maior reflexão.

Depois, e ainda relativamente àquilo que me parece ser uma agenda nacional absolutamente natural, óbvia e elementar quando se preside à União — facto que vai acontecendo de espaços a espaços e que com o alargamento mais espaçado será —, parece-me que poderíamos aproveitar a oportunidade, não diria de uma forma ostensiva,

O Sr Primeiro-Ministro — Sub-reptícia!

O Orador — mas de uma forma obviamente positiva para o interesse nacional, uma vez que temos questões pendentes com a Comissão Europeia e que esta não é independente, bem pelo contrário, da vontade do Conselho a que V Ex.^a presidirá, parece-me que poderíamos aproveitar a oportunidade, repito, da presidência portuguesa — e eu acho extraordinário o sururu contra um suposto provincialismo de quem se limita a lembrar que há questões pendentes entre Portugal e a União Europeia — para encaminhar melhor as coisas, do ponto de vista dos nossos interesses.

Risos do PS

Riem-se? Por que é que se riem e os espanhóis não se riem quando a Espanha faz o mesmo?!

Vozes do CDS-PP — Exactamente!

O Orador — Deixem-me dizer-lhes uma coisa acho extraordinário que vocês critiquem o que o vosso parceiro de consenso fez com a reforma da PAC — que é para esquecer, tal a desgraça que esta reforma significa para Portugal — e não percebam que o que aí esteve em causa foi um excesso de zelo europeista, que quis provar, lá fora, que éramos mais europeístas do que os outros, e prejudicámos os interesses nacionais por causa disso.

Eu, neste debate, oiço-vos falar de Madrid até à Nova Zelândia, mas pergunto é ou não verdade que temos um problema chamado embargo, injusto e inaceitável, em relação à nossa carne? Podemos aproveitar a presidência portuguesa para o remover! Devemos fazê-lo! É pedir muito?

O Sr José Barros Moura (PS): — Como? Explique-me!

O Orador — Olhe, da mesma maneira que os ingleses conseguiram o levantamento parcial de um embargo, tendo muito mais casos de doença do que nós, Sr Dr

O Sr. José Barros Moura (PS): — Mas como?

O Orador: — Como? Defendendo os interesses nacionais.

De resto, Sr. Deputado, não diga que isso não é possível, porque, se não me engano, a Comissão Europeia até deixou passar o prazo de contestação ao processo judicial que Portugal lhe moveu. De modo que só espero que o levantamento do embargo venha no tempo real e não no tempo oportuno.

Segundo ponto: um director-geral para Portugal.

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — Outra vez?!

O Sr. José Junqueiro (PS): — Já são seis!

O Orador: — É pedir demais? É pedir o óbvio! Sabem por que é que estou a lembrar isto? Não é só porque perdemos uma candidatura que não devíamos ter perdido; é porque vão abrir vagas nas direcções-gerais da União Europeia. Convém estarmos atentos e termos a noção correcta sobre a falta de empenhamento do Governo em certa candidatura. Terá sido para proteger alguma candidatura que pudesse vir mais tarde! Veremos!

Por fim: as pescas,...

Risos do PS

.. o direito a poder pescar um pouco mais, a não deixar arruinar a nossa frota.

VV. Ex.^m sorriem, VV. Ex.^m riem.

Eu acho que já não era nada mau para Portugal conseguir o levantamento do embargo, um director-geral e novas oportunidades de pesca. E quanto ao resto,..

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente

E quanto ao resto, o pensamento que vocês acham que só existe em quem se expressa ou em língua estrangeira ou com conceitos caros, o pensamento europeu, ficava muito mais completo com a defesa concreta, prática, útil, directa de interesses portugueses

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O essencial das preocupações e posições do PCP quanto à presidência portuguesa foram expressas, neste debate, na pergunta feita pelo meu camarada Agostinho Lopes e na intervenção do meu camarada Honório Novo.

A intervenção do Governo, como se esperava, pouco adiantou. A presidência portuguesa da União Europeia foi apresentada ao Plenário da Assembleia da República de Portugal depois de ter sido apresentada aos outros países da União Europeia, às instituições europeias e depois das várias conferências de imprensa que a tiveram por objecto. Estava tudo dito, da parte do Governo, quando aqui chegou.

Os problemas que trouxemos a este debate foram essencialmente dois primeiro, o de saber qual a relevância que os interesses nacionais e a sua defesa tiveram, e têm, no desenho que o Governo fez da presidência portuguesa; segundo, o de saber se os objectivos traçados para a presidência portuguesa, pelo Governo, configuraram ou apontaram para a necessária mudança de rumo que, na nossa opinião, deve sofrer o processo de construção europeia. A resposta que o Governo dá às duas questões deixa-nos profundamente desiludidos.

É preciso ser claro e pôr em evidência aquilo que resulta do discurso governamental

Por um lado, não há qualquer questão ou tema dos considerados prioritários pelo Governo que seja directamente ditado pelo interesse nacional. O Governo assume que a escolha de temas e prioridades decorre da lógica e das necessidades de afirmação europeia e nunca da ponderação de interesses nacionais directos

Por outro lado, o rumo que o Governo aponta para a presidência portuguesa é de uma mera continuidade de objectivos e o seu aprofundamento na direcção da construção de uma espécie de superpotência europeia vocacionada para as guerras da competição global.

Sinal claro e triste deste posicionamento do Governo é dado pela ausência da expressão «justiça social», na fraseologia com que enroupa a presidência portuguesa, e no papel apagado e secundário que é atribuído às expressões «desenvolvimento equilibrado» e «coesão económica e social».

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador — A tese com que o Governo justifica as posições que assume para a presidência portuguesa pode resumir-se na ideia de que, para si, a defesa dos interesses portugueses assegurar-se-ia pelo aprofundamento da construção europeia. Mais Europa seria, para o Governo, automaticamente, a resposta para os problemas do País. Não é verdade! É evidente e certo que, se na Europa se acentuassem as tendências nacionalistas das grandes potências, tal traduzir-se-ia num grave prejuízo para países como Portugal, como é evidente e certo que, se essas tendências nacionalistas se convertessem num dirigismo institucional, num directório, tal seria igualmente desastroso para Portugal

Mas não basta combater essas tendências e afirmar «mais Europa» para defender os interesses de Portugal, é preciso que se afirmem duas linhas essenciais de política na Europa para que isso suceda. Primeiro, é preciso que a Europa redireccione as suas políticas, erigindo em objectivos essenciais a coesão económica e social e a justiça social.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador — Não se trata só de mais Europa, trata-se, sim, fundamentalmente, de melhor Europa, de um novo rumo para a Europa, que a torne no que ela não é hoje, ou seja, num coeso espaço social de progresso e paz

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Segundo, é preciso que a Europa assuma a diversidade dos interesses nacionais que a compõem como uma mais-valia e que assuma o respeito dessa di-

versidade como a via única para o processo de construção europeia.

É a ausência destas perspectivas políticas como perspectivas determinantes e conformadoras que, na nossa opinião, condena a presidência portuguesa aos olhos dos portugueses

O Sr Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador — Portugal perde mais esta oportunidade. Perde-a quando se cinge à gestão da corsa europeia e esquece o interesse nacional, perde-a quando privilegia temas institucionais e subalterniza a coesão, perde-a quando prefere a lógica da supereuropa e subestima os valores humanos da justiça e da dignidade do trabalho

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador. — Da parte do PCP, acompanharemos com atenção o desenvolvimento das iniciativas que marcam a agenda da União Europeia, com a convicção de que só haverá melhor Europa se os interesses dos países que a compõem forem respeitados, designadamente os de Portugal, e quando for uma Europa social, de justiça, progresso e desenvolvimento equilibrado de todos os países que a compõem e, portanto, também de Portugal

O que os portugueses e as portuguesas esperam de nós, PCP, é precisamente que sejamos capazes de assumir estes objectivos como os grandes objectivos de Portugal na construção europeia. Este é o mandato que cumpriremos

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Eduarda Azevedo

A Sr^a Maria Eduarda Azevedo (PSD) — Sr Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, no final do nosso debate de hoje, falemos claro: Portugal vai exercer a presidência da União Europeia em condições absolutamente favoráveis. As presidências anteriores à nossa fizeram o seu trabalho atempadamente, em seu devido tempo tomaram as decisões políticas sensíveis que deviam tomar, como, por exemplo, as referentes à Agenda 2000 e ao euro. Portanto, Portugal não herdou daqueles *dossiers* indesejáveis que geram discordâncias e divergências, que dificultam os consensos, complicam os trabalhos e deixam má fama

Além do mais, do Conselho Europeu de Helsínquia surgiu um mandato que é também favorável para Portugal. Vamos proceder à abertura de trabalhos, não vamos concluir qualquer deles, nenhuma dessas iniciativas vai ter epílogo durante a nossa presidência. Importa ter este facto presente, porque, também neste caso, Portugal não vai ter o constrangimento dos calendários, que obrigam a compromissos difíceis de obter, como o Sr. Primeiro-Ministro muito bem sabe, e que, uma vez mais, dificultam os trabalhos, a boa fama da presidência e que, eventualmente, obrigam a que o país da presidência tenha de ceder interesses nacionais para atingir o resultado final

Portanto, Portugal tem claramente um enquadramento muito favorável. Desde logo, vai proceder à abertura das negociações de adesão, sabendo que dos novos países que vão participar na negociação global de adesão nem os pri-

meiros seis vão entrar durante a nossa presidência quanto mais os segundos seis

Quanto à conferência intergovernamental de que tanto se fala, e penso que muito correctamente, deixe-me dizer-lhe, Sr Primeiro-Ministro, que, olhando ao que o Governo foi dizendo ao longo do tempo, ainda na presidência anterior, era de calcular que tivéssemos uma visão muito minimalista do que seria a agenda. Nós, PSD, estávamos contra, porque considerámos que a presidência deve aproveitar — e, ao que parece, o Sr Primeiro-Ministro já está firmado nessa posição, pois deu uma entrevista ao jornal *Le Monde* nesse sentido, hoje já o disse nesta Câmara e a bancada do PS também o reafirmou —, para ir além dos *leftover*.

Achamos bem, porque é tempo de acabar com a ideia de que as CIG devem institucionalizar-se para resolver, digamos, os restos das conferências intergovernamentais anteriores. Isso é bom, porque a Europa o exige, porque a construção europeia o exige e porque nós somos europeístas e o queremos.

Portanto, é de calcular que a presidência portuguesa, caso possua uma visão ampla — como convém —, tenha trabalho. Mas uma coisa é certas as resoluções, as decisões finais, serão da presidência francesa e, nessa medida, Portugal está à *l'aise*, Sr Ministro, que o mesmo é dizer à vontade para conduzir as negociações com a celeridade necessária, mas o que não pode é deixar de as abrir, abrir em tempo e abrir bem.

Depois deste contexto favorável, temos no horizonte dois marcos, que a presidência portuguesa anunciou, desde sempre — hoje já não, mas fê-lo no passado —, como marcos decisivos. Um deles era precisamente a cimeira Europa/Africa, que, de um aspecto essencial, passou a um aspecto secundário e que — diz-se — já não irá realizar-se

Sobre essa cimeira, eu diria que, em boa verdade, a sua realização já lá vai!. Não vai ser!.. Hoje, finalmente, o Sr Primeiro-Ministro reconheceu-o aqui, perante os Deputados, que o mesmo é dizer perante o povo português. Foi a primeira vez, Sr Primeiro-Ministro, que veio ao Plenário — não falo nas Comissões —, com o Governo em peso, prestar contas da agenda aos portugueses, porque prestar contas aos Deputados é prestar contas aos eleitores

Mas, Sr Primeiro-Ministro, a verdade é que, para além dessa cimeira, temos uma outra grande iniciativa, que é a cimeira do emprego. Ora, nós desejamos que a cimeira do emprego seja um sucesso, como, aliás, desejamos que seja um sucesso toda a presidência portuguesa. E desejamo-lo porque o que está em causa não é a presidência deste Governo ou daqueloutro, é a presidência de Portugal, e, nessa medida, ela deve ser bem sucedida.

De qualquer modo, deixe-me só dizer-lhe que receamos, em relação à cimeira do emprego, que, de iminente mediática, ela se torne em obviamente escassa de resultados. E digo obviamente por uma razão muito simples: não sou pessimista por natureza, sou objectiva, e vejo as oposições que existem entre teses como a francesa e a inglesa e a dificuldade que tem havido, e que provavelmente continuará a haver, em conciliar essas posições antagónicas.

Sr Primeiro-Ministro, nesta fase final de encerramento, deixe-me só esclarecer um ponto — e não digo de uma vez por todas, porque ele será recorrente — que considero curial repetir há queclarear as águas, porque há uma

diferença fundamental entre a oposição e o Governo. Isto pode parecer óbvio, mas o óbvio também tem de se dizer: o Governo existe para governar e, neste caso concreto, ao Governo cabe a responsabilidade de conduzir a presidência, competindo à oposição fiscalizar o Governo. E a oposição vai fazer isso mesmo agora, no que concerne ao exercício da presidência portuguesa, ou seja, vai fiscalizar, vai acompanhar, vai avaliar. Nós vamos estar presentes, vamos envidar todos os esforços e vamos desejar o máximo sucesso à presidência de Portugal.

Mas há uma coisa, Sr Primeiro-Ministro, que tem de ficar clara: nós não vamos ficar de «boca aberta» com os comportamentos mediáticos, com as fotos de família, com as declarações bombásticas que forem proferidas.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — pelo simples facto de que o que está em causa é a seriedade política e intelectual do trabalho. Nessa medida, Sr Primeiro-Ministro, o que convém ter presente, em primeiro lugar, é que o que está em causa, é a presidência portuguesa. Obviamente, não vou dar-lhe nenhuma lição, longe de mim tal ideia! Sei que o Sr Primeiro-Ministro, normalmente, gosta de aproveitar estas ocasiões para dar lições à oposição, mas eu não reverti a questão em relação à bancada do Governo e, assim, quero apenas afirmar, como uma convicção pessoal, que é a presidência de Portugal que está em causa.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr^o e Srs Deputados. Este debate, da iniciativa do Governo e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi um debate necessário, oportuno e esclarecedor.

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — Necessário porque, como vários Srs Deputados aqui afirmaram, nomeadamente do Partido Socialista, é importante que a opinião pública, representada pelos Srs Deputados, possa discutir e apreciar um acto tão importante quanto vai ser a presidência portuguesa da União Europeia.

Oportuna porque se faz no momento exacto em que devia ser feito, isto é, faz-se exactamente quando podia ser feito. Ao contrário do que disse o Sr Deputado João Amaral, não poderia ter sido feito antes porque isso significaria um acto de descortesia para com a presidência finlandesa, que só acabou em 31 de Dezembro, sendo o dia 5 de Janeiro o primeiro dia activo de funcionamento do Parlamento português no ano 2000.

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — Portanto, é perfeitamente oportuna esta iniciativa que hoje, aqui, estamos prestes a terminar. E é esclarecedora na medida em que permitiu concluir que o Governo tem um programa, um projecto, uma estratégia e um conjunto de iniciativas, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está disponível para o acompanhar e

apoiar nesse programa e nessas iniciativas e que da oposição, nomeadamente do principal partido da oposição, nada de substancialmente positivo ocorreu, efectivamente, neste debate.

Aliás, se uso a expressão «substancialmente positivo» é porque, felizmente — talvez salvando a «honra do convento» —, a Sr^a Deputada Maria Eduarda Azevedo, num registo claramente diferenciado do do Sr Deputado Durão Barroso, acabou por dar alguma importância e trazer alguma contribuição a este mesmo debate.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — É verdade!

O Orador — A Sr Deputada Eduarda Azevedo até já antecipou o êxito da presidência portuguesa.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — porque começou por afirmar (e aqui não a posso acompanhar, pois certamente anda a ler muitos e certos jornais) que a presidência portuguesa ia ser extremamente fácil, porque tudo estava já preparado. Veja, por exemplo, o dossier de harmonização fiscal. É facílimo, como calcula.

Risos do PS

É facílimo, pois tudo estaria já preparado.

Disse, depois, apesar de tudo estar já preparado, que desejava que a presidência corresse bem. Muito obrigado, Sr^a Deputada Maria Eduarda Azevedo, foi um contributo positivo. Mas vai ver que tudo vai correr bem e V Ex^a, no fim, vai ter oportunidade de nos dar os parabéns.

Quanto ao seu líder — e lamento dizê-lo — realmente não trouxe nenhuma contribuição positiva a este debate. Aliás, pouco esteve neste debate. Surgiu agora, aquando da intervenção da Sr^a Deputada, mas, por exemplo, não esteve quando falou o Sr Deputado Francisco Louçã ou quando falou o Sr Deputado João Amaral, entre outros, e julgo que também não esteve quando falou o Sr Deputado Paulo Portas.

O PP veio aqui com o seu estilo habitual

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Que me é próprio!

O Orador — Fez as perguntas habituais e até se interrogou, perante algumas interrupções da nossa bancada, se seria crime fazer as perguntas que fez. É evidente que crime não é, Sr Deputado.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ai não?

O Orador — mas é uma profunda demagogia. V Ex^a sabe perfeitamente que os problemas que equacionou, alguns reais, outros virtuais, devem preocupar o Governo português independentemente de exercer ou não a presidência.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador — V Ex^a tem de estar esclarecido e não pode cometer erros semelhantes àquele que cometeu, há ainda muito pouco tempo, quando caluniou o Sr Ministro da Agricultura por ter estado a brindar a um abaixamento de quotas, quando o senhor sabe perfeitamente que não foi

isso que aconteceu Estes debates exigem seriedade, conhecimento e responsabilidade e, portanto, o PP também não trouxe nada ao debate de extremamente significativo

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Ninguém trouxe nada!

O Orador — Do PCP não se esperaria uma grande contribuição Sabemos que o PCP, desde a primeira hora, não está com o projecto europeu e tem vindo a fazer um difícil trabalho de adaptação a esta realidade incontornável que é estarmos na Europa e não podermos sair dela O discurso foi, naturalmente, um discurso politicamente correcto para a resolução desta verdadeira quadratura do ciclo.

Entretanto, o Governo apresenta um programa consolidado, ambicioso, estruturado, ao contrário do que aqui foi dito, um programa onde estão claramente definidas quer estratégias quer prioridades, sendo exactamente a principal prioridade a social Foi exactamente isso que o Sr Primeiro-Ministro disse, referindo-se, por exemplo, à cimeira extraordinária sobre o emprego de Lisboa

O Sr Primeiro-Ministro disse que não queria que ela fosse uma repetição dos processos anteriores — do Processo do Luxemburgo, do Processo de Cardiff e do Processo de Colónia —, mas que fosse algo de qualitativamente diferente, onde a componente social e a componente do desenvolvimento tivessem uma importância extraordinária

Já que a Sr^a Deputada Maria Eduarda Azevedo citou a magnífica entrevista dada pelo Sr Primeiro-Ministro ao jornal *Le Monde*,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não é magnífica, é genial!

O Orador — talvez lá tenha lido que o Sr Primeiro-Ministro afirma que algo de fundamental para a Europa do futuro é a construção de um modelo que permita lutar contra a exclusão social Ora, está ai explicado, Srs Deputados Maria Eduarda Azevedo e Durão Barroso, muito do mistério que VV Ex^{as} suscitarão quando interrogaram o Governo sobre a verdadeira marca nacional que deveria ser deixada pela presidência portuguesa

A marca nacional que deve ser deixada pela presidência portuguesa é, exactamente, a da resolução dos problemas sociais, dos problemas da educação, dos problemas da sociedade de informação, dos problemas do desenvolvimento de Portugal em relação à própria média de desenvolvimento da Europa

Fica, pois, claro, Srs Deputados, que o Governo português tem estratégia e soube definir prioridades E é porque tem estratégia e soube definir prioridades que estamos absolutamente convencidos que vamos ter uma boa presidência e que, no fim deste semestre, VV Ex^{as} não deixarão de reconhecê-lo

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, é para defesa da honra da minha bancada

O Sr Presidente — Tem a palavra

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, creio que o Sr Deputado Manuel dos Santos deveria saber distinguir o que são os limites normais da conflitualidade política e da discussão política face ao que é a utilização de palavras que são insultuosas ou que atribuem a alguém o propósito de insultar outrem Foi o que fez.

Apenas queria dizer-lhe o seguinte no dia em que Portugal perdeu mais quotas de pesca para o ano 2000

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Está a «pôr-se a jeito»!

O Orador — Quanto à redução das quotas não há nenhuma dúvida, são factos, são dados objectivos, números —, a *Lusa*, órgão de informação respeitado, no seu texto n° 39 861, noticiava o seguinte «o Conselho das Pescas terminou às 5 da manhã No final, o ministro português revelou satisfação e brindou com champanhe»

O Sr Primeiro-Ministro — Porque não perdeu!

O Orador — Não, Sr Primeiro-Ministro! Há uma enorme diferença entre ganhar e aquilo que vocês acham que é «não perder», ou, para ser verdadeiro, não perder tanto como o Sr Comissário Fischler queria que nós perdessemos! Mas perdemos quotas, o que vai significar perda de emprego, perda de riqueza num sector produtivo

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Ora, o que não acho normal, Sr Deputado, é que me seja atribuída a intenção de insultar alguém quando, pura e simplesmente, me limitei a referir um *take* oficial de uma agência de notícias

Mais estou disposto a aceitar a explicação dada pelo Sr Ministro da Agricultura em sede de comissão — fique sabendo! —, porque não tenho qualquer problema em aceitar tal explicação O que não posso permitir-lhe é que me atribua a intenção de insultar, que não tenho, e, sobretudo, que o Sr Ministro use e abuse da insinuação de que o PP deseja que os Conselhos de Ministros da Agricultura ou das Pescas não corram bem para Portugal

Posso não pensar da mesma forma que o senhor mas quero, com certeza, defender os interesses da lavoura e das pescas do meu país, e tenho todo o direito de defendê-los de uma forma diferente da sua Tomara eu que os Conselhos corressem bem, Sr Deputado!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Manuel dos Santos, para dar explicações, se assim o desejar

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, é evidente que o desejo, pois o Sr Deputado Paulo Portas acaba de cometer um erro estratégico e eu não iria perder esta oportunidade

Reafirmo o que disse, ou seja, o senhor tem de começar a estudar bem as coisas, não deve limitar-se a ler uma notícia de uma agência, aliás, equívoca na interpretação que V Ex^a lhe dá, pela leitura que acabou de fazer dessa mesma notícia Não deve limitar-se a ler uma notícia de

uma agência e, depois, vir aqui, ou a outro sítio qualquer, fazer uma operação política Aliás, já fez várias neste Plenário, baseadas em notícias de jornais

Desculpe que lhe diga, Sr Deputado Paulo Portas — e sabe que, no plano pessoal, até tenho alguma simpatia por si —, mas essa não é uma maneira séria de tratar os problemas O senhor, em questões dessa natureza, tinha o dever e a obrigação de se informar mais E o que sucedeu foi que o senhor não se informou

O que se passou, e o senhor devia sabê-lo, até porque já foi Deputado europeu — e ainda bem que, de algum modo, embora mitigationadamente, acabou por pedir desculpas relativamente ao seu erro, quando disse que já conhece a explicação do Sr Ministro da Agricultura — foi que, como é hábito no fim de cada Conselho, se brindou ao presidente cessante e ao presidente que inicia funções (e estou a falar em conselhos sectoriais) utilizando a bebida comum, que é o *champagne* Foi esse gesto natural e banal que ocorreu naquela noite, que, por acaso, coincidiu com a questão que V. Ex.^a diz ter sido uma perda

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com certeza que foi!

O Orador — . para Portugal mas que manifestamente não foi, no sentido em que V. Ex.^a disse

Agora, o sentido essencial da minha acusação mantém-se e não tenho rigorosamente nada a retirar ao que disse! V. Ex.^a é que tem de começar a estudar mais e, quando cometer erros, a assumir a responsabilidade, que bem lhe ficaria, de pedir desculpa por esses erros

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama): — Sr. Presidente, Srs Deputados O Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia foi em devido tempo apresentado a este Parlamento, nomeadamente às duas comissões competentes, a dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e a dos Assuntos Europeus, que, aliás, receberam em primeira mão, antes da divulgação do seu conteúdo em Portugal, todos os detalhes desse documento

Este debate, com a comparação do Sr Primeiro-Ministro, foi pedido não pela oposição mas, sim, pelo Governo, .

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Exactamente!

O Orador: — que aqui está, e só depois é que haverá a apresentação do Programa da Presidência ao Conselho de Assuntos Gerais, ao Parlamento Europeu e à Comissão, que se desloca a Portugal dentro de uma semana

Portanto, há aqui uma hierarquia que foi respeitada, que está correcta e que VV. Ex.^{as} não podem, de forma alguma, negar.

É importante que tenha sido reconhecido neste debate, pelo principal líder da oposição, que o ambiente internacional para esta presidência portuguesa é mais difícil do que aquele que existia em 1992, em virtude da complexidade dos problemas europeus, das exigências da vida in-

ternacional, de uma nova agenda repleta de problemas, exigindo por isso mesmo imensas soluções

O nosso objectivo ao elaborar o Programa da Presidência Portuguesa foi simples: foi o de ter objectivos correctos e credíveis e não o de construir uma «manta de retalhos» com objectivos perfeitamente carecidos de substância Aliás, a serem compostos sob a forma de «cabaz do mendigo» com a lata das esmolas e se o entregássemos dessa forma justificariam aos olhos da opinião europeia a ideia daqueles que já não só acham que deve haver menos comissários por país, e até por alguns países, como até também passariam a pensar que devia haver menos países nas presidências da União Europeia

Aplausos do PS

Portanto, há aqui um problema de credibilidade nos objectivos da Presidência que VV. Ex.^{as} compreenderão, isto sem falar, naturalmente, de questões concretas que os Srs Deputados têm legitimidade para invocar, sobretudo o mais cosmopolita dos nacionalistas, que é o Sr Deputado Paulo Portas

Risos

Nós registamos a mensagem da Assembleia, mas pedímos talvez mais ideias, mais alternativas, e pedímos, sobretudo, que nos critiquem pelos grandes erros que fizemos, mostrando que são capazes de ser melhor do que nós.

O Sr António Capucho (PSD). — É o que vamos fazer!

O Orador — mas não pelos pequenos erros ou faltas que cometemos, com o condão de mostrarem que ainda seriam piores do que nós

Aplausos e risos do PS

Não pretendo dar uma lição à oposição, mas VV. Ex.^{as} compreenderão que o Governo também possa reagir em relação às vossas propostas

Hoje, a grande questão, como ficou demonstrado pelo Sr Primeiro-Ministro na sua intervenção, é a de fazer com que o interesse nacional seja apresentado no debate europeu não como oponível mas como compatível com a agenda e os interesses europeus, porque sempre que pretendemos, de uma forma castiça e excessiva, apresentar o interesse nacional como oponível ao interesse europeu acontecer-nos-á o que aconteceu com o Conselho Europeu de 1992, em matéria de política agrícola comum, ou então como aconteceu com um *dossier* tão relevante, como o de Timor, que só a partir do Conselho Europeu de Madrid, em finais de 1995, é que passou a ter referência no Conselho Europeu, porque nem no Conselho Europeu de Lisboa tivera tido a menor menção

Aplausos do PS

Temos, em primeiro lugar, a definição de um conceito estratégico para a afirmação da Europa no século XXI, que tem uma dimensão, como é natural, simultaneamente interna e externa E não se trata da repristinação do debate sobre as políticas de emprego/desemprego, é a colocação

deste tema a outro nível e com outra dimensão, articulando-o com a inovação, com a competitividade, com a formação, com a sociedade do conhecimento, com a economia do conhecimento e não tanto a economia de produção, a fim de preparar a Europa para enfrentar a globalização

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Ora, estes objectivos são absolutamente compatíveis com os objectivos portugueses E nós — em especial o Sr Primeiro-Ministro — tivemos um longo trabalho nas instituições europeias para descentrar da temática da taxa de desemprego a discussão deste problema, porque aí, sim, ela seria penalizadora,

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — e para a centrar nos problemas das insuficiências na capacitação humana para reagir à mudança na sociedade moderna, para enfrentar, no caso português, o alargamento e, também, a globalização

Por isso é que não faz o menor sentido e revela não ter a menor preparação para a gestão política moderna quem hoje aqui disse, como o Sr Deputado Durão Barroso, que a temática do emprego não tem prioridade na agenda nacional. É revelar um profundo desconhecimento do que são prioridades nacionais e prioridades europeias

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Em segundo lugar, temos um objectivo histórico, o do alargamento. O alargamento é igualmente um objectivo com o qual se compatibilizam interesses nacionais, porque foi tal o desprestígio criado a Portugal, como país contrário à ideia de alargamento, que é através desta política de opção pela dinâmica do alargamento que estamos a construir relações com os novos países da Europa, com a nova Europa, no quadro da União Europeia mas também relações bilaterais, relações que são absolutamente essenciais para os objectivos da nossa relação externa

Em terceiro lugar, também temos outro grande dossier, o da necessidade de adaptação institucional para preparar o alargamento com a conferência intergovernamental. É inegável a sua necessidade e nós não vamos agora reagir à temática das cooperações reforçadas porque fomos o primeiro país da União Europeia, quando se começou a discutir o Tratado de Amsterdão, que teorizou sobre o sistema das cooperações reforçadas. Teorizou e venceu, porque o modelo de cooperações reforçadas que acabou por ser aprovado no debate de Amsterdão é, genericamente, o modelo que correspondeu à proposta e à iniciativa portuguesa. E não temos medo de enfrentar esse debate, porque sabemos qual é a lógica do voto e a que é que isso leva

Para um país como o nosso, repetir quatro vetos por ano significaria .

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Quais quatro vetos, Sr. Ministro? Nenhum!

O Orador — Isso demonstra que é precisamente na área da criação de uma maioria reforçada que se consegue obter poder negocial para fazer valer interesses naci-

onais e não na área de sistemas de voto e unanimidade, que não se utilizam ou que, quando se utilizam, penalizam a tal ponto que o seu uso deve ser devidamente ponderado

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador. — Por último, e em quarto lugar, é fundamental a construção de um instrumento absolutamente essencial para a afirmação da Europa no mundo, dotando a política externa e de segurança comum de um instrumento, isto é, a política comum de segurança e defesa

Ora, um País que tem comunidades no estrangeiro, que tem relações e investimentos em algumas áreas de instabilidade endémica, um País que quer intervir na vida internacional, que tem objectivos nacionais, como por exemplo a solução do problema de Timor, pois bem, faz aqui pleno sentido, em favor da paz, optar e apoiar o desenvolvimento desta dimensão, que não é a criação de um exército europeu nem de um pacto de defesa, é dotar a União Europeia para ter meios que lhe permitam agir em favor dos seus nacionais em situações de crise, em catástrofes, intervir para repor ou impor a paz em casos em que isso se justifique e em casos em que é absolutamente necessário, para garantir o direito dos povos à autodeterminação e à independência

Estes objectivos que fixamos para a presidência portuguesa da União Europeia compatibilizam, num quadro europeu, interesses nacionais absolutamente vitais e isso era o que nos pediam

Naturalmente que não vamos reduzir toda a história portuguesa a este período de seis meses. Queremos desempenhar a presidência com qualidade, .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Também era o que faltava!

O Orador. — queremos orientar a Europa num sentido que lhe seja favorável mas em que também a margem de intervenção de Portugal se reforce para a resolução de problemas essenciais ao nosso país, como o problema do emprego, da modernização, da competitividade e também de projecção externa.

Queremos, também, em alguns aspectos liderar esse debate, porque somos capazes de o fazer e completaremos toda esta acção com a celebração, em Abril, do V centenário da descoberta do Brasil e porque agora temos relações boas com aquele país e não estamos à beira de cortar relações

Em Julho, avançaremos para a terceira cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, porque antes a CPLP não existia e, por isso, é preferível fazê-la polarizar o interesse do mundo de língua portuguesa

Manteremos o esforço pela nossa candidatura à presidência do Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias, em 2002, e a presidência portuguesa da União Europeia é também um instrumento nesse sentido Lançámos, também, a candidatura à presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para 2011-2012, porque nos pareceu excessivo que no caso anterior se tivesse estado 20 anos sem ter lançado nenhuma candidatura a um lugar do Conselho de Segurança

Sr. Presidente, Srs Deputados. Este debate foi de grande importância e relevância, o Governo retira dele uma mensagem sobre a forma como a oposição vai gerir

no plano interno e externo este período da presidência portuguesa e exortamos a oposição a que também apresente à Europa as suas ideias sobre o que devia ser um programa de Portugal para a presidência da União Europeia

Estamos convictos que isso será feito, manteremos com a Assembleia a melhor disponibilidade, com a Comissão de Assuntos Europeus e com o Plenário e fazemos votos para que os êxitos da presidência portuguesa da União Europeia sejam também, não só os êxitos do Governo porque isso é o menos, mas os êxitos de alguma oposição porque bem precisa!

Aplausos e risos do PS

O Sr Presidente — Sr Primeiro-Ministro, Sr Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Chegámos ao fim do debate de relevante interesse político, requerido pelo Governo, sobre a apresentação do Programa da Presidência Portuguesa da União Europeia

A sessão de amanhã terá lugar às 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: período antes da ordem do dia, do qual constará um debate de urgência, requerido pelo PSD, sobre a eventual construção de um novo aeroporto, seguido do período da ordem do dia, do qual constará a discussão do projecto de lei nº 23/VIII — Relocalização distrital dos serviços desconcentrados da Administração Central (PSD) e projecto de resolução nº 12/VIII — Sobre o aumento de formandos na área da saúde (PCP). Pelas 18 horas, terá lugar o período regimental de votações

Nada mais havendo a tratar, esta encerrada a sessão

Eram 19 horas e 35 minutos

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Luis Afonso Cerqueira Natividade Candal

Luis Pedro de Carvalho Martins

Partido Social Democrata (PSD)

Artur Ryder Torres Pereira

Fernando Manuél Lopes Penha Pereira

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Faltaram a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

João Carlos da Costa Ferreira da Silva

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD)

António Paulo Martins Pereira Coelho

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Luis Pedro Mota Soares

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APÓIO AUDIOPROGRAMA



Depósito legal nº 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 380\$00 (IVA INCLUIDO 5%)